



**Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
em BR GAAP e IFRS 2023**



Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BR GAAP e IFRS

C&A Modas S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

C&A Modas S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas | 1 |
| Demonstrações contábeis | |
| Balanços patrimoniais | 8 |
| Demonstrações dos resultados | 10 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 11 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 12 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 13 |
| Demonstrações dos valores adicionados | 14 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 15 |



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da C&A Modas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos

planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$705.479 mil em 31 de dezembro de 2023, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 14.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários extemporâneos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui créditos tributários extemporâneos relativos a PIS e COFINS no montante de R\$664.919 mil e de ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 81.794 mil, oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções de suas informações financeiras prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções de informações financeiras prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções financeiras futuras. As projeções de informações financeiras prospectivas foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 12.

Identificamos deficiência significativa nos controles internos da Companhia a respeito do reconhecimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de créditos extemporâneos, reconhecidos na competência incorreta. Comunicamos à administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos Financeiros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos saldos de créditos extemporâneos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2023 era de R\$253.499 mil (R\$149.748 mil, líquido dos depósitos judiciais com passivo correspondente), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 25. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram tomadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R\$379.235 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 25.4, não provisionado contabilmente nas demonstrações contábeis dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos

divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo suas opiniões com relação ao estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação, para o processamento e geração de informações financeiras e contábeis que impactam diretamente as demonstrações contábeis, como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTIs”) implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere à auditoria dos acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; e (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia; e (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Identificamos deficiências nos controles de acesso lógico relacionados a segregação de funções e de mudanças, de gestão de infraestrutura, de concessão de acessos, de revogação de acesso, de alteração de acesso, e de revisão de acesso. As deficiências identificadas alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2023. Levando isto em consideração, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*

(IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O



Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O

C&A Modas S.A.



Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 1.130.245 | 1.627.977 | 1.155.588 | 1.674.091 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | - | 8.735 | 191.587 | 8.735 |
| Contas a receber | 8 | 1.054.599 | 1.065.961 | 1.778.421 | 1.278.206 |
| Derivativos | 32.4 | 721 | 1.371 | 721 | 1.371 |
| Partes relacionadas | 9 | 323 | 4.335 | 92 | 95 |
| Estoques | 11 | 875.238 | 852.224 | 875.155 | 852.033 |
| Tributos a recuperar | 12 | 379.126 | 898.651 | 388.451 | 899.433 |
| Outros ativos | 13 | 51.785 | 39.200 | 51.827 | 39.259 |
| Total do ativo circulante | | 3.492.037 | 4.498.454 | 4.441.842 | 4.753.223 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários - FIDC | 7 | 791.352 | - | - | - |
| Tributos a recuperar | 12 | 1.197.839 | 937.371 | 1.197.839 | 937.371 |
| Tributos diferidos | 14 | 535.488 | 423.049 | 535.959 | 423.049 |
| Depósitos judiciais | 25.3 | 47.641 | 61.290 | 47.668 | 61.290 |
| Partes relacionadas | 9 | 19 | 76 | 19 | 76 |
| Outros ativos | 13 | 3.219 | 2.528 | 3.219 | 2.528 |
| Total do ativo realizável a longo prazo | | 2.575.558 | 1.424.314 | 1.784.704 | 1.424.314 |
| Investimento | 15 | 118.249 | 48.655 | - | - |
| Imobilizado | 16 | 763.401 | 865.545 | 763.401 | 865.545 |
| Direito de uso – arrendamento mercantil | 19 | 1.462.945 | 1.565.447 | 1.462.945 | 1.565.447 |
| Intangível | 17 | 964.493 | 1.020.702 | 964.764 | 1.021.065 |
| Total do ativo não circulante | | 5.884.646 | 4.924.663 | 4.975.814 | 4.876.371 |
| Total do ativo | | 9.376.683 | 9.423.117 | 9.417.656 | 9.629.594 |



Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Arrendamentos | 19 | 501.642 | 513.238 | 501.642 | 513.238 |
| Fornecedores | 20 | 1.172.988 | 1.466.548 | 1.189.225 | 1.478.387 |
| Obrigações de risco sacado | 21 | 364.709 | 386.266 | 364.709 | 386.266 |
| Empréstimos e debêntures | 22 | 511.427 | 582.558 | 511.427 | 746.015 |
| Derivativos | 32.4 | 1.392 | 1.756 | 1.392 | 1.756 |
| Obrigações trabalhistas | 23 | 230.098 | 198.732 | 231.364 | 198.732 |
| Partes relacionadas | 9 | 79.760 | 48.567 | 71.661 | 43.592 |
| Tributos a recolher | 24 | 277.772 | 245.954 | 287.249 | 248.041 |
| Outros passivos | | 20.571 | 29.733 | 41.462 | 63.704 |
| Total do passivo circulante | | 3.160.359 | 3.473.352 | 3.200.131 | 3.679.731 |
| Não circulante | | | | | |
| Arrendamentos | 19 | 1.209.781 | 1.275.974 | 1.209.781 | 1.275.974 |
| Fornecedores | 20 | 551.248 | 12.570 | 551.248 | 12.570 |
| Empréstimos e debêntures | 22 | 1.176.427 | 1.404.817 | 1.176.427 | 1.404.817 |
| Obrigações trabalhistas | 23 | 18.740 | 7.370 | 18.740 | 7.370 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 25 | 183.791 | 182.750 | 184.989 | 182.847 |
| Tributos a recolher | 24 | 12.410 | 15.863 | 12.410 | 15.863 |
| Outros passivos | | 51.211 | 50.226 | 51.211 | 50.226 |
| Total do passivo não circulante | | 3.203.608 | 2.949.570 | 3.204.806 | 2.949.667 |
| Total do passivo | | 6.363.967 | 6.422.922 | 6.404.937 | 6.629.398 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 26 | 1.847.177 | 1.847.177 | 1.847.177 | 1.847.177 |
| Ações em tesouraria | | (8.498) | (6.778) | (8.498) | (6.778) |
| Reserva de capital | | 49.879 | 37.641 | 49.879 | 37.641 |
| Reserva de lucros | | 1.124.744 | 1.122.409 | 1.124.744 | 1.122.409 |
| Resultados abrangentes | | (586) | (254) | (586) | (254) |
| Total participação de controladores | | 3.012.716 | 3.000.195 | 3.012.716 | 3.000.195 |
| Participação dos acionistas não controladores | | - | - | 3 | 1 |
| Total do patrimônio líquido | | 3.012.716 | 3.000.195 | 3.012.719 | 3.000.196 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 9.376.683 | 9.423.117 | 9.417.656 | 9.629.594 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita líquida | 28 | 6.481.200 | 6.081.265 | 6.719.317 | 6.183.550 |
| <i>Venda de mercadorias e serviços</i> | | 6.376.470 | 5.926.749 | 6.362.725 | 5.926.177 |
| <i>Produtos e serviços financeiros</i> | | 104.730 | 154.516 | 356.592 | 257.373 |
| Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados | 29 | (3.196.478) | (3.076.995) | (3.197.049) | (3.077.441) |
| <i>Venda de mercadorias e serviços</i> | | (3.196.073) | (3.076.408) | (3.195.966) | (3.075.909) |
| <i>Produtos e serviços financeiros</i> | | (405) | (587) | (1.083) | (1.532) |
| Lucro bruto | | 3.284.722 | 3.004.270 | 3.522.268 | 3.106.109 |
| (Despesas) e receitas operacionais: | | | | | |
| Gerais e administrativas | 29 | (783.776) | (676.045) | (786.065) | (682.646) |
| Vendas | 29 | (2.106.144) | (2.178.333) | (2.183.983) | (2.260.266) |
| Perdas em créditos, líquida | 8.5 | - | - | (223.878) | (64.271) |
| Equivalência patrimonial | 15 | (5.590) | (52.667) | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 29 | 66.362 | 170.287 | 66.106 | 169.254 |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 455.574 | 267.512 | 394.448 | 268.180 |
| Resultado de variação cambial | | 1.980 | 324 | 1.980 | 324 |
| Despesas financeiras | | (678.660) | (599.947) | (636.476) | (601.339) |
| Receitas financeiras | | 184.087 | 288.304 | 198.745 | 289.559 |
| Resultado FIDC C&A Pay | | (4.648) | - | - | - |
| Resultado com títulos e valores mobiliários | | - | - | 7.068 | - |
| Resultado financeiro | 30 | (497.241) | (311.319) | (428.683) | (311.456) |
| Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro | | (41.667) | (43.807) | (34.235) | (43.276) |
| Impostos sobre o lucro | 14 | 44.002 | 44.638 | 36.572 | 44.105 |
| Lucro líquido do exercício | | 2.335 | 831 | 2.337 | 829 |
| Atribuível aos acionistas: | | | | | |
| Não controladores | | | | 2 | (2) |
| Controladores | | | | 2.335 | 831 |
| | | | | 2.337 | 829 |
| Lucro básico por ação – em R\$ | 35 | | | 0,0076 | 0,0027 |
| Lucro básico por ação diluído - em R\$ | 35 | | | 0,0076 | 0,0027 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------|--------------|------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Lucro líquido do exercício | 2.335 | 831 | 2.337 | 829 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | |
| Resultados com derivativos | (286) | (9) | (286) | (9) |
| Outros resultados abrangentes | (143) | - | (143) | - |
| Efeitos tributários | 97 | 3 | 97 | 3 |
| Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos | (332) | (6) | (332) | (6) |
| Total do resultado abrangente | 2.003 | 825 | 2.005 | 823 |
| Atribuível aos acionistas: | | | | |
| Não controladores | - | | 2 | (2) |
| Controladores | - | | 2.003 | 825 |
| | | | 2.005 | 823 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

| Nota explicativa | Reserva de capital | | | Reserva de lucro | | | | Outros resultados abrangentes | | Lucros acumulados | Total controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|--------------------|---------------------|--------------------|------------------|---------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|----------------------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Ações em tesouraria | Reserva de capital | Ações outorgadas | Reserva legal | Reservas de lucros a realizar | Reservas de incentivos fiscais | Reserva para investimento | Ajustes de avaliação patrimonial | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.847.177 | (1.362) | 10.516 | 17.345 | 65.050 | 75.720 | 11.552 | 969.256 | (248) | - | 2.995.006 | 3 | 2.995.009 |
| Instrumentos patrimoniais outorgados | | | | | | | | | | | | | |
| – Remuneração baseada em ações | 10 | - | - | 9.780 | - | - | - | - | - | - | 9.780 | - | 9.780 |
| Recompra de ações | | - | (5.416) | - | - | - | - | - | - | - | (5.416) | - | (5.416) |
| Destinação do resultado: | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - | 831 | 831 | (2) | 829 |
| Reserva legal | | - | - | - | 42 | - | - | - | - | (42) | - | - | - |
| Reservas de incentivos fiscais | 24.8 | - | - | - | - | 789 | - | - | - | (789) | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - | - | - | - | (6) | - | (6) | - | (6) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.847.177 | (6.778) | 10.516 | 27.125 | 65.092 | 75.720 | 12.341 | 969.256 | (254) | - | 3.000.195 | 1 | 3.000.196 |
| Instrumentos patrimoniais outorgados | | | | | | | | | | | | | |
| – Remuneração baseada em ações | 10 | - | - | 12.238 | - | - | - | - | - | - | 12.238 | - | 12.238 |
| Recompra de ações | | - | (1.720) | - | - | - | - | - | - | - | (1.720) | - | (1.720) |
| Destinação do resultado: | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.335 | 2.335 | 2 | 2.337 |
| Reserva legal | | - | - | - | 116 | - | - | - | - | (116) | - | - | - |
| Reservas de incentivos fiscais | 24.8 | - | - | - | - | 2.219 | - | - | - | (2.219) | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - | - | - | - | (332) | - | (332) | - | (332) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 1.847.177 | (8.498) | 10.516 | 39.363 | 65.208 | 75.720 | 14.560 | 969.256 | (586) | - | 3.012.716 | 3 | 3.012.719 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)



| Nota | Controladora | | Consolidado | | |
|---|--------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | |
| Atividades operacionais | | | | | |
| Prejuízo antes dos impostos sobre a renda | (41.667) | (43.807) | (34.235) | (43.276) | |
| Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa: | | | | | |
| Constituição (Reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas | 8.5 | 2.155 | 4.582 | 233.482 | 68.527 |
| Ajuste a valor presente do contas a receber, estoques e fornecedores | | (3.815) | (480) | (3.815) | (480) |
| Despesas com remuneração baseado em ações | 10 | 12.238 | 9.780 | 12.238 | 9.780 |
| Constituição de provisão para perda nos estoques | 11.3 | 78.027 | 63.139 | 78.027 | 63.139 |
| Ganho/Reconhecimento de processos tributários, incluindo atualização monetária | 12.2.1.5 | (67.821) | (225.271) | (67.821) | (225.271) |
| Equivalência patrimonial | 15.2 | 5.590 | 52.667 | - | - |
| Depreciação e amortização | 16.3 e 17.3 | 367.559 | 294.967 | 367.653 | 295.060 |
| Constituição (Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e direito de uso | 18.2 | (3.816) | (6.141) | (3.816) | (6.141) |
| Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível | | 9.411 | 8.594 | 9.411 | 8.594 |
| Amortização do direito de uso | 19.4 | 373.419 | 381.532 | 373.419 | 381.532 |
| Baixa de arrendamento | 19.4 | (2.582) | (6.577) | (2.582) | (6.577) |
| Juros sobre arrendamentos | 19.4 | 173.079 | 165.719 | 173.079 | 165.719 |
| Juros sobre empréstimos | 22.4 | 255.421 | 272.449 | 255.421 | 272.449 |
| Amortização custos de transação de empréstimos | 22.4 | 4.389 | 2.777 | 5.188 | 4.247 |
| Constituição (Reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 27.100 | 42.047 | 28.201 | 42.144 |
| Atualização de depósitos judiciais | | (9.590) | (10.972) | (9.590) | (10.972) |
| Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários | | (322) | (959) | 1.286 | (959) |
| Variações nos ativos e passivos: | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | 17.021 | 68.349 | (725.883) | (206.909) |
| Partes relacionadas | | 35.264 | (14.572) | 28.129 | (14.959) |
| Estoques | | (105.932) | (66.094) | (106.040) | (65.903) |
| Tributos a recuperar | | 326.878 | 77.830 | 318.335 | 77.400 |
| Outros créditos | | (13.276) | (5.804) | (13.259) | (5.852) |
| Títulos e valores mobiliários | | (782.295) | - | (184.138) | - |
| Depósitos judiciais | | 15.579 | 785 | 15.551 | 785 |
| Fornecedores | | 265.630 | 134.722 | 270.028 | 145.501 |
| Obrigações de risco sacado | | (21.557) | - | (21.557) | - |
| Obrigações trabalhistas | | 42.736 | 44.957 | 44.002 | 44.957 |
| Outros passivos | | (8.359) | 10.739 | (21.578) | 44.377 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | (18.399) | (17.989) | (18.399) | (17.989) |
| Tributos a pagar | | (13.918) | 89.032 | (12.965) | 91.221 |
| Impostos de renda e contribuição social pagos | | (26.055) | (18.822) | (27.521) | (19.770) |
| Fluxo de caixa originado das atividades operacionais | | 892.092 | 1.307.179 | 960.251 | 1.090.374 |
| Atividades de investimento | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | | (74.161) | (193.203) | (74.161) | (193.203) |
| Aquisição de intangível | | (161.803) | (278.765) | (161.805) | (278.765) |
| Aumento de capital em controlada | | (135.828) | (70.000) | - | - |
| Redução de capital em controlada | | 60.500 | - | - | - |
| Recebimento por vendas de ativos imobilizados | | 1.543 | 380 | 1.543 | 380 |
| Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento | | (309.749) | (541.588) | (234.423) | (471.588) |
| Atividades de financiamento | | | | | |
| Novos empréstimos e emissão de debêntures | | 250.000 | 850.000 | 381.372 | 1.291.249 |
| Custos de transação de empréstimos/debêntures | | (4.183) | (6.104) | (4.983) | (7.574) |
| Pagamento do principal dos empréstimos | | (452.500) | (295.000) | (745.429) | (590.042) |
| Pagamento de juros sobre empréstimos | | (352.648) | (195.503) | (354.547) | (194.323) |
| Pagamento do principal e juros de arrendamentos | | (519.024) | (488.840) | (519.024) | (488.840) |
| Recompra de ações | | (1.720) | (5.416) | (1.720) | (5.416) |
| Fluxo de caixa originado das (consumido pelas) atividades de financiamento | | (1.080.075) | (140.863) | (1.244.331) | 5.054 |
| Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa | | (497.732) | 624.728 | (518.503) | 623.840 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | | 1.627.977 | 1.003.249 | 1.674.091 | 1.050.251 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | | 1.130.245 | 1.627.977 | 1.155.588 | 1.674.091 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 8.513.173 | 7.918.641 | 8.759.522 | 8.034.803 |
| Outras receitas operacionais | 69.012 | 202.980 | 63.210 | 202.980 |
| Provisão/reversão de perda crédito esperada | 1.478 | 31 | (222.399) | (64.240) |
| | 8.583.663 | 8.121.652 | 8.600.333 | 8.173.543 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos prod. merc. e serv. vendidos | (3.087.933) | (3.003.603) | (3.087.825) | (3.003.105) |
| Materiais, energia, serv. de terceiros e outros | (936.568) | (1.017.627) | (990.650) | (1.053.989) |
| Perda/recuperação de valores ativos | (91.108) | (49.593) | (91.108) | (49.593) |
| | (4.115.609) | (4.070.823) | (4.169.583) | (4.106.687) |
| Valor adicionado bruto | 4.468.054 | 4.050.829 | 4.430.750 | 4.066.856 |
| Depreciação e amortização | (367.559) | (294.967) | (367.653) | (295.060) |
| Depreciação do direito de uso | (373.419) | (381.531) | (373.419) | (381.531) |
| Retenções | (740.978) | (676.498) | (741.072) | (676.591) |
| Valor adicionado líquido produzido | 3.727.076 | 3.374.331 | 3.689.678 | 3.390.265 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (5.590) | (52.667) | - | - |
| Receitas financeiras | 202.514 | 327.142 | 232.247 | 328.464 |
| | 196.924 | 274.475 | 232.247 | 328.464 |
| Valor adicionado total a distribuir | 3.924.000 | 3.648.806 | 3.921.925 | 3.718.729 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal e encargos | 901.293 | 883.831 | 924.225 | 937.891 |
| Remuneração direta | 657.645 | 655.465 | 680.168 | 700.699 |
| Benefícios | 147.664 | 152.471 | 148.041 | 152.471 |
| F.G.T.S. | 55.496 | 55.855 | 55.811 | 55.855 |
| Outros | 40.488 | 20.040 | 40.205 | 28.866 |
| Impostos, Taxas e contribuições | 2.133.020 | 1.935.891 | 2.150.410 | 1.950.370 |
| Federais | 681.127 | 646.994 | 702.526 | 658.880 |
| Estaduais | 1.386.849 | 1.231.856 | 1.381.046 | 1.232.202 |
| Municipais | 65.044 | 57.041 | 66.838 | 59.288 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 887.352 | 828.253 | 844.953 | 829.641 |
| Aluguéis | 207.370 | 211.212 | 207.370 | 211.212 |
| Despesas financeiras | 679.982 | 617.041 | 637.583 | 618.429 |
| Remuneração de capitais próprios | 2.335 | 831 | 2.337 | 827 |
| Lucros retidos | 2.335 | 831 | 2.335 | 829 |
| Participação dos não-controladores nos lucros retidos | - | - | 2 | (2) |
| Distribuição do valor adicionado | 3.924.000 | 3.648.806 | 3.921.925 | 3.718.729 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Controladora”) tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 33,54% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3” e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como “Grupo” ou “Consolidado”, desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

- . Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
- . Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
- . Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
- . Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 334 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2022), abastecidas por 6 operações logísticas e 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo referentes aos exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC07.



A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.4. Alteração em quadros e notas explicativas

Durante a preparação de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo identificou a necessidade de reclassificar determinados valores e, visando atender ao conceito de comparabilidade trazido pelo CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, refletiu estas reclassificações sobre os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado abaixo. Estas reclassificações não modificam os valores totais e resultados anteriormente divulgados, assim como não afeta as demonstrações contábeis:

2.4.1. – Composição dos saldos de Fornecedores e Obrigações de risco sacado

Após a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração visando melhorar a forma de apresentação sobre as operações de risco sacado, revisou o formato de apresentação e passou a demonstrar em uma rubrica e em nota separada com a nomenclatura “Obrigações de risco sacado” e não mais em “Fornecedores”.

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|--|------------------|---------------------|--|------------------|---------------------|
| | Como anteriormente reportado em 31/12/2022 | Reclassificação | Saldo em 31/12/2022 | Como anteriormente reportado em 31/12/2022 | Reclassificação | Saldo em 31/12/2022 |
| Nota 20 - Fornecedores | | | | | | |
| Composição dos Fornecedores | | | | | | |
| Fornecedores de mercadorias | 706.318 | - | 706.318 | 706.318 | - | 706.318 |
| Fornecedor Bradescard | 469.328 | - | 469.328 | 469.328 | - | 469.328 |
| Fornecedores de materiais, ativos e serviços | 324.069 | - | 324.069 | 335.908 | - | 335.908 |
| Obrigações de Risco Sacado | 386.266 | (386.266) | - | 386.266 | (386.266) | - |
| Ajuste a valor presente | (20.597) | - | (20.597) | (20.597) | - | (20.597) |
| | <u>1.865.384</u> | <u>(386.266)</u> | <u>1.479.118</u> | <u>1.877.223</u> | <u>(386.266)</u> | <u>1.490.957</u> |
| Passivo circulante | 1.852.814 | (386.266) | 1.466.548 | 1.864.653 | (386.266) | 1.478.387 |
| Passivo não circulante | 12.570 | - | 12.570 | 12.570 | - | 12.570 |
| Nota 21 – Obrigações de risco sacado | | | | | | |
| Obrigações de Risco Sacado | | | | | | |
| Obrigações de Risco Sacado | - | 386.266 | 386.266 | - | 386.266 | 386.266 |
| Passivo circulante | - | 386.266 | 386.266 | - | 386.266 | 386.266 |

3. Base de consolidação

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, Orion Instituição de Pagamento S.A., Moda Lab Ltda e C&A Pay Holding Financeira Ltda, e indireta, C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. O Grupo também consolida as demonstrações financeiras do FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a titular de todas as quotas subordinadas e está exposta a maioria dos riscos e benefícios do fundo. Na consolidação do FIDC C&A Pay, são eliminados todos os ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre o Grupo e o FIDC C&A Pay.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Participação | |
|---|--------------|--------|
| | 2023 | 2022 |
| Controladas Diretas | | |
| Orion Instituição de Pagamento S.A. | 99,99% | 99,99% |
| Moda Lab Ltda. | 99,00% | 99,00% |
| C&A Pay Holding Financeira Ltda. | 99,99% | 99,99% |
| Controlada Indireta | | |
| C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. | 99,99% | 99,99% |
| Fundo de Investimento | | |
| C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 100% | - |

3.1. Orion Instituição de Pagamento S.A.

A Orion Instituição de Pagamento S.A tem como objeto social a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento.

3.2. Moda Lab Ltda.

Em 05 de maio de 2022 foi constituída a empresa Moda Lab Ltda., cujo objeto social tem como atividade principal a confecção de artigos de vestuários fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos. As vendas da Moda Lab Ltda., são realizadas exclusivamente para sua controladora.

3.3. C&A Pay Holding Financeira Ltda

Em 27 de dezembro de 2022 foi constituída a Empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador.

3.4. C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Em 30 de dezembro de 2022 a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. recebeu autorização do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador. Esta Companhia passou a operar em 02 de maio de 2023.



3.5. C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados

Em 02 de maio de 2023 foi iniciada a operação de um FIDC (C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados), em que a C&A Modas é a única cotista. O FIDC adquiriu inicialmente a carteira do C&A Pay que estava na Orion Instituição de Pagamento. A partir de maio/23, a gestão e concessão de crédito do C&A Pay foram transferidas para a SCD C&A Pay, que passou a originar os ativos e ceder para o FIDC.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4.1. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- a) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

A nova norma não deve ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- b) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.



- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo avaliou as alterações na norma e concluiu que não há impacto na prática atual. Os acordos de empréstimo existentes também não exigem renegociação.

c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

As alterações terão impacto nas divulgações do Grupo, mas não na mensuração e reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras.

4.2. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2023

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações contábeis. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas.

a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de



participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

b) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

c) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

d) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

- Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.



As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

e) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre BEPS (Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros) e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois já que não detém participações em entidades controladas residentes em países membros da União Europeia ou em outras jurisdições que anunciaram ou já implementaram as regras de Pilar Dois.



5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- j) participação nos lucros;
- k) pagamentos com base em ações; e
- l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

A mensuração da provisão para os processos massificados cíveis e trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de valores gastos e percentual de perda, considerando a classificação de risco indicada pelos assessores jurídicos do Grupo.



6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado para o que é mantido até o vencimento e ao valor justo para o que é disponível para venda, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

| | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Caixa | | 5.040 | 4.426 | 5.040 | 4.426 |
| Bancos | | 65.943 | 53.930 | 72.713 | 56.621 |
| Equivalente de caixa: | | | | | |
| Conta remunerada | 2% a 10% do CDI | 51.758 | 49.283 | 52.697 | 49.283 |
| Certificado de depósito bancário | 98% a 103,9% do CDI | 1.007.504 | 1.520.338 | 1.025.138 | 1.563.761 |
| | | 1.130.245 | 1.627.977 | 1.155.588 | 1.674.091 |

7. Títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso do Grupo.



7.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

| | Indexador | Taxa | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|----------------|-------|----------------|-------|
| | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro (a) | SELIC | 100% | - | 8.735 | 145.068 | 8.735 |
| FIDC – C&A Pay | | 100% | 791.352 | - | - | - |
| Fundo de investimento renda fixa | | 98,46% | - | - | 46.519 | - |
| | | | 791.352 | 8.735 | 191.587 | 8.735 |
| Ativo circulante | | | - | 8.735 | 191.587 | 8.735 |
| Ativo não circulante | | | 791.352 | - | - | - |

- (a) O Grupo possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, no montante de R\$ 83.983 que estão vinculadas a garantia no processo de aumento de capital da SCD C&A Pay.

7.3. FIDC C&A Pay

Em 02 de maio de 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 356/2001, pela Instrução CVM nº 444/2006 e demais disposições legais regularmente aplicáveis, . Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade das cotas emitidas pelo fundo são de titularidade e da C&A.

A seguir está representada a estrutura de patrimônio do FIDC C&A Pay, em 31 de dezembro de 2023:

| Série única | % PL do Fundo | Quantidade | Valor da cota | Valor |
|-------------|---------------|------------|---------------|---------|
| 31/12/2023 | 100% | 978.706 | 0,8452 | 827.251 |



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

| | <u>2023</u> |
|---|-----------------------|
| Ativo | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.817 |
| Aplicações financeiras | 54.102 |
| Contas a receber | 805.156 |
| Outros créditos | 50 |
| Total do ativo | <u><u>864.125</u></u> |
| Passivo e patrimônio líquido | |
| Contas a pagar | 36.874 |
| Patrimônio líquido | 827.251 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | <u><u>864.125</u></u> |

Conciliação Patrimônio líquido do FIDC x Patrimônio líquido FIDC consolidado

| | <u>2023</u> |
|--|-----------------------|
| Patrimônio líquido FIDC | <u>827.251</u> |
| Ajustes de IFRS: | (35.105) |
| Perda esperada de crédito | (21.097) |
| Ajuste a valor presente | (14.008) |
| Reconhecimento de juros | (794) |
| Patrimônio líquido FIDC - Consolidado | <u><u>791.352</u></u> |

O resultado do FIDC é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa nº 489, de 14 de janeiro de 2011, da CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios. Para as demonstrações contábeis consolidadas, a apuração de receita e perdas de créditos estão sendo apuradas de acordo com as normas do IFRS/CPC e políticas contábeis do Grupo.



8. Contas a receber

8.1. Política contábil

As contas a receber englobam os valores devidos pela venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e cartão digital próprio através do C&A Pay. Também incluem os montantes a serem recebidos em relação às parcerias comerciais. Esses valores são apresentados a valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações com base em taxas relacionadas com o perfil de crédito do cliente. As taxas médias utilizadas em 31 de dezembro de 2023 foram 0,93% a.m. (1,12% em 31 de dezembro de 2022), sendo que a realização é registrada como receita de vendas. A perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Composição das contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Operadoras de cartão | 958.344 | 733.956 | 958.344 | 733.956 |
| Cartão C&A Pay – partes relacionadas | 60.511 | 308.796 | - | - |
| Cartão C&A Pay – terceiros | - | - | 963.020 | 562.632 |
| Ajuste a valor presente | (13.935) | (21.749) | (27.944) | (21.749) |
| Perdas de crédito esperadas | (2.955) | (4.841) | (187.334) | (69.279) |
| Contas a receber clientes | 1.001.965 | 1.016.162 | 1.706.086 | 1.205.560 |
| Outras contas a receber | 64.730 | 61.895 | 84.431 | 84.742 |
| Perdas de crédito esperadas | (12.096) | (12.096) | (12.096) | (12.096) |
| Outras contas a receber | 52.634 | 49.799 | 72.335 | 72.646 |
| Total do contas a receber | 1.054.599 | 1.065.961 | 1.778.421 | 1.278.206 |

8.3. Antecipação de recebíveis

O Grupo antecipou junto às adquirentes, referente ao exercício de 2023, o montante de R\$705.127 (R\$259.112 em 2022), relacionado aos seus recebíveis de cartão de crédito. Essa transação acarretou um custo de R\$4.110 no exercício de 2023 (R\$1.532 em 2022), correspondente a uma taxa de 1% a 1,2% ao mês (1,19% ao mês em 2022), sendo contabilizado como despesa financeira - antecipação de recebíveis (consulte a nota 30).

Ao longo do exercício de 2023, a C&A Modas adiantou seus recebíveis com sua controlada C&A Pay SCD, totalizando R\$ 1.491.030, com um custo de R\$ 43.358. Essa operação envolveu uma taxa de 0,96% a 1,80%, sendo reconhecida como despesa financeira na empresa C&A Modas e como receita financeira na empresa C&A Pay SCD. Essas transações foram eliminadas durante a consolidação do Grupo (ver nota 30).

8.4. Carteira de crédito C&A Pay por faixa de atraso

| | FIDC C&A Pay | |
|--------------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| A vencer: | | |
| Até 30 dias | 236.208 | 127.055 |
| De 31 a 60 dias | 158.185 | 85.049 |
| De 61 a 90 dias | 117.484 | 58.792 |
| De 91 a 180 dias | 158.440 | 107.183 |
| Acima de 180 dias | 56.237 | 66.426 |
| | 726.554 | 444.505 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 18.514 | 10.381 |
| De 31 a 60 dias | 15.665 | 10.293 |
| De 61 a 90 dias | 21.336 | 15.454 |
| Há mais de 90 dias | 180.951 | 81.999 |
| | 236.466 | 118.127 |
| Total | 963.020 | 562.632 |

8.5. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Saldo em 31 de dezembro | (16.937) | (16.968) | (81.375) | (17.461) |
| (Provisão)/Reversão | (2.155) | (4.582) | (233.482) | (68.853) |
| Perda | 4.041 | 4.613 | 115.427 | 4.939 |
| Saldo em 31 de dezembro | (15.051) | (16.937) | (199.430) | (81.375) |
| <i>Provisão de perda C&A Pay</i> | - | - | (184.379) | (64.438) |
| <i>Provisão para outras perdas</i> | (15.051) | (16.937) | (15.051) | (16.937) |

Para as contas a receber de clientes, o Grupo adota a metodologia do IFRS-9/CPC-48 e utiliza uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Essa abordagem não requer o acompanhamento das alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas expectativas de perda de crédito ao longo da vida em cada data de relato. As operações de crédito abrangem tanto os saldos no balanço (carteira ativa) quanto os fora do balanço (limites concedidos e não utilizados). Essas operações são registradas como prejuízo quando não há mais perspectivas de recuperar os saldos vencidos, resultando na reversão das provisões de perdas esperadas.

Os três estágios apresentados a seguir, são utilizados como componentes de cálculo de perda esperada de carteira de crédito.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 |
|--|--------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| | Em dia e até 30 dias de atraso | Atraso de 31 até 90 dias | Atraso acima de 90 dias |
| | FIDC C&A Pay | | |
| | 2023 | | |
| | Carteira | Provisão | % Cobertura |
| Estágio 1 | 721.415 | 18.582 | 2,58% |
| Estágio 2 | 47.684 | 5.321 | 11,16% |
| Estágio 3 | 193.921 | 160.329 | 82,68% |
| Saldo carteira ativa (on balance) | 963.020 | 184.232 | 19,13% |
| Saldo de limites concedidos e não utilizados (off balance) | 748.247 | 147 | 0,02% |
| Total Geral | 1.711.267 | 184.379 | 10,77% |
| Índice de cobertura sobre carteira de crédito | | | 19,15% |

9. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações do Grupo, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

A relação que o Grupo possui com as partes relacionadas é como segue:

| | |
|---|--|
| Controladora direta | Associada, sem influência significativa |
| COFRA Investments | C&A Services |
| Incas SARL | C&A Sourcing |
| Controladora indireta final | COFRA Latin America |
| COFRA AG | Instituto C&A |
| Controlada direta | Associada sob influência direta |
| Orion Instituição de Pagamento S.A. | Cyamprev Soc. Previd. Privada |
| Moda Lab Ltda. | |
| C&A Pay Holding Financeira Ltda | |
| Cotista fundo de investimento | Controlada indireta |
| C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. |



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

9.1. Transações nos balanços patrimoniais

| Ativo | Natureza do saldo | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|-------------|------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Contas a receber | | | | | |
| Instituto C&A de Desenvolvimento Social | Compartilhamento de despesas | 27 | 28 | 27 | 28 |
| COFRA Latin America | Compartilhamento de despesas | 8 | 10 | 8 | 10 |
| Orion Inst. Pagamento | Compartilhamento de despesas | 6 | 4.240 | - | - |
| C&A Pay Sociedade de Crédito Direto | Operações de cartões | 187 | - | - | - |
| Holding | | 38 | - | - | - |
| | | 266 | 4.278 | 35 | 38 |
| Despesas antecipadas | | | | | |
| C&A Service | Pagto de licenças | 76 | 133 | 76 | 133 |
| Total do ativo com partes relacionadas | | 342 | 4.411 | 111 | 171 |
| Ativo circulante com partes relacionadas | | 323 | 4.335 | 92 | 95 |
| Ativo não circulante com partes relacionadas | | 19 | 76 | 19 | 76 |

| Passivo | Natureza do saldo | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Contas a pagar | | | | | |
| C&A Sourcing | Fornecimento de mercadoria | 69.638 | 41.713 | 69.638 | 41.713 |
| Cyamprev Soc. Previd. Privada | Contribuição mensal previdência | 1.974 | 1.879 | 2.021 | 1.879 |
| Instituto C&A de Desenvolvimento Social | | 2 | - | 2 | - |
| Orion Inst. Pagamento | Reembolso de despesas | - | 4.975 | - | - |
| FIDC C&A Pay | Valores a repassar por recebimento de faturas | 4.355 | - | - | - |
| C&A Pay Sociedade de Crédito Direto | Reembolso de despesas | 3.791 | - | - | - |
| | | 79.760 | 48.567 | 71.661 | 43.592 |
| Passivo circulante com partes relacionadas | | 79.760 | 48.567 | 71.661 | 43.592 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Transações nas demonstrações do resultado do período

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Reembolso pelo compartilhamento de despesa | | | | |
| Cyamprev Soc. Prev. Privada | 203 | 1.003 | 203 | 1.003 |
| COFRA Latin America | 79 | 79 | 79 | 79 |
| Orion Inst. Pagamento | 80 | 33.082 | - | - |
| | 362 | 34.164 | 282 | 1.082 |
| Despesas de serviços financeiros | | | | |
| Orion Inst. Pagamento | (143) | (3.478) | - | - |
| C&A Pay Sociedade de Crédito Direto | (7.538) | - | - | - |
| | (7.681) | (3.478) | - | - |
| Antecipação de recebíveis | | | | |
| C&A Pay Sociedade de Crédito Direto | (43.358) | - | - | - |
| Compras de mercadorias | | | | |
| C&A Sourcing | (336.756) | (338.562) | (336.756) | (338.562) |
| Moda Lab | - | (2.799) | - | - |
| | (336.756) | (341.361) | (336.756) | (338.562) |
| Compras de serviços | | | | |
| C&A Services | (1.786) | (1.706) | (1.786) | (1.706) |
| COFRA Latin America | (231) | (216) | (231) | (216) |
| | (2.017) | (1.922) | (2.017) | (1.922) |
| Contribuições previdenciárias | | | | |
| Cyamprev Soc. Prev. Privada | (6.099) | (7.851) | (6.099) | (7.851) |

9.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|---------------|
| | 2023 | 2022 |
| Remuneração fixa | 14.026 | 12.579 |
| Remuneração variável | 4.292 | 3.170 |
| Contribuições planos pós empregatícios | 93 | 264 |
| Incentivo de longo prazo | 4.967 | 4.280 |
| Cessação do cargo | 2.163 | - |
| Total sem encargos | 25.541 | 20.293 |
| Encargos estimados | 10.358 | 3.561 |
| Total com encargos | 35.899 | 23.854 |

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de março de 2023, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o



exercício social de 2023, determinada no valor total sem encargos de até R\$35.457 (R\$31.645 para o exercício de 2022).

10. Plano de remuneração baseado em ações

O Grupo conta atualmente com Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. Até o momento foram realizadas outorgas no âmbito de programas aprovados nos anos de 2019, 2021, 2022 e 2023 (“Outorgas 2019”, “Outorgas 2021”, “Outorgas 2022” e “Outorgas 2023”, respectivamente).

Outorgas 2019

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de fevereiro de 2020 foi aprovada a alteração de algumas das condições das outorgas de opções vigentes.

Em 22 de dezembro de 2021 foi realizada reunião do Conselho de Administração em que foi aprovada uma nova alteração das condições das outorgas de 1.062.037 opções das 1.148.148 concedidas. Essas opções passaram a seguir as mesmas regras das “Outorgas 2021”, e por este motivo passaram a ser divulgadas em conjunto. A seguir são descritas as regras das outorgas remanescentes de 86.111, atualmente vigente do programa “Outorgas 2019”.

A titularidade das opções de conversão de ações será adquirida pelos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do exercício de três anos após a data da outorga.

A transferência, que será realizada independente do participante se manter como empregado ou administrador do Grupo, é sujeita à verificação da seguinte condição: o preço médio por Ação na bolsa de valores do Brasil (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) durante os 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores à cada data de exercício das Opções Vestidas deverá ser igual ou superior ao preço por Ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia (IPO), corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE, reduzido pelo valor por Ação distribuído a título de distribuições e juros sobre capital próprio e ajustado para refletir eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações ocorridos entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções Vestidas.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência.

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 1,81 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o exercício é de R\$9,05 do programa original e R\$1,91 *fair value* (valor justo) incremental para as opções pós substituições, conforme procedimento de cálculo previsto pelo CPC 10. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2021

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 1.412.194 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. Em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2021 foi aprovada a uniformização das regras de 1.062.037 opções da Outorga 2019 em linha com as Outorgas 2021.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 0,15 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o exercício de 2023 é de R\$12,45.

Outorgas 2022

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 3.619.618 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 1,23 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o exercício de 2023 é de R\$2,66.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2023

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2023, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 4.712.639 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2023 é de 2,36 anos. O valor justo das opções outorgadas durante exercício de 2023 é de R\$5,29.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Movimentação:

| Programa | Outorgas 2019 | | Outorgas 2021 | Outorgas 2022 | Outorgas 2023 | Total |
|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Outorgas 2019 2ª substituição | transferidas para Outorga 2021 | | | | |
| Saldo em 31/12/2021 | 86.111 | 1.062.037 | 1.463.569 | - | - | 2.611.717 |
| Outorgadas | - | - | 68.836 | 3.619.618 | - | 3.688.454 |
| Prescritas | - | - | (177.730) | (199.829) | - | (377.559) |
| Saldo em 31/12/2022 | 86.111 | 1.062.037 | 1.354.675 | 3.419.789 | - | 5.922.612 |
| Outorgadas | - | - | - | - | 4.712.639 | 4.712.639 |
| Prescritas | (28.709) | - | (160.787) | (542.946) | (142.959) | (875.401) |
| Saldo em 31/12/2023 | 57.402 | 1.062.037 | 1.193.888 | 2.876.843 | 4.569.680 | 9.759.850 |



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas:

| | Outorgas 2019 (adicional da substituição) | | | Outorgas 2019 (substituição dez21) | Outorgas 2021 | Outorgas 2022 |
|--|---|-------------|-------------|------------------------------------|---------------|---------------|
| | Lote 1 | Lote 2 | Lote 3 | Lote único | Lote único | Lote único |
| | Monte Carlo | Monte Carlo | Monte Carlo | Monte Carlo | Monte Carlo | Monte Carlo |
| Modelo de precificação | | | | | | |
| Rendimento dos dividendos | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Taxa livre de risco | 5,63% | 5,95% | 6,20% | 10,92% | 6,395% | 12,785% |
| Preço da ação considerado | 16,89 | 16,89 | 16,89 | 6,59 | 11,63 | 2,51 |
| Prazo de vida esperado das opções | 21/10/2023 | 21/10/2024 | 21/10/2025 | 24/02/2024 | 24/02/2024 | 23/03/2025 |
| Valor justo na data da mensuração | 4,46 | 3,11 | 1,37 | 4,39 | 12,45 | 2,66 |
| Volatilidade anualizada esperada | 36,64% | 37,79% | 37,10% | 58,69% | 53,92% | 57,58% |

| | Outorgas 2023 |
|--|---------------|
| | Lote único |
| | Monte Carlo |
| Modelo de precificação | |
| Rendimento dos dividendos | 0,00% |
| Taxa livre de risco | 12,97% |
| Preço da ação considerado | 4,98 |
| Prazo de vida esperado das opções | 10/05/2026 |
| Valor justo na data da mensuração | 5,36 |
| Volatilidade anualizada esperada | 66,50% |

Reconhecimento de despesas

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. As despesas reconhecidas durante os exercícios de 2023 e 2022 e a reconhecer são como segue:

| Despesas reconhecidas | | | | | |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|
| Período | Outorgas 2019 | Outorgas 2021 | Outorgas 2022 | Outorgas 2023 | Total |
| 2022 | 1.055 | 7.091 | 1.634 | - | 9.780 |
| 2023 | - | 5.910 | 2.493 | 3.835 | 12.238 |

| Despesas a reconhecer | | | | |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|--------|
| Ano | Outorgas 2021 | Outorgas 2022 | Outorgas 2023 | Total |
| 2024 | 1.094 | 2.782 | 7.053 | 10.929 |
| 2025 | - | 623 | 7.034 | 7.657 |
| 2026 | - | - | 2.506 | 2.506 |
| | 1.094 | 3.405 | 16.593 | 21.092 |



11. Estoques

11.1. Política contábil

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A provisão para perda nos estoques é estimada com base nas perdas históricas do Grupo, determinadas por meio de inventários físicos realizados pelo menos anualmente.

Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.

11.2. Composição dos estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Mercadorias para revenda | 881.760 | 871.063 | 881.677 | 870.872 |
| Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes | 1.195 | 681 | 1.195 | 681 |
| Adiantamento a fornecedor de matéria-prima | 387 | 811 | 387 | 811 |
| Ajuste a valor presente | (22.179) | (17.289) | (22.179) | (17.289) |
| Provisão para perdas | (41.768) | (37.258) | (41.768) | (37.258) |
| | 819.395 | 818.008 | 819.312 | 817.817 |
| Importações em andamento | 55.843 | 34.216 | 55.843 | 34.216 |
| | 875.238 | 852.224 | 875.155 | 852.033 |

11.3. Movimentação da provisão para perdas

Movimentação do período:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------|-----------------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro | 37.258 | 45.961 |
| Provisão | 78.027 | 63.139 |
| Reversão por utilização | (73.517) | (71.842) |
| Saldo em 31 de dezembro | 41.768 | 37.258 |



O Grupo realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

12. Tributos a recuperar

12.1. Política contábil

São considerados tributos a recuperar:

- . os tributos gerados nas operações usuais do Grupo e que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela,
- . e, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tributo derivado de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

12.2. Composição dos tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Crédito extemporâneo de PIS / COFINS (12.2.1) | 664.919 | 1.363.664 | 664.919 | 1.363.664 |
| PIS/COFINS | 654.855 | 164.489 | 654.864 | 164.498 |
| ICMS | 182.440 | 182.883 | 182.444 | 182.887 |
| IRPJ/CSLL | 33.052 | 39.060 | 40.503 | 39.456 |
| IRRF | 31.349 | 28.365 | 33.205 | 28.735 |
| IPI | 366 | 328 | 366 | 328 |
| Outros(a) | 9.984 | 57.233 | 9.989 | 57.236 |
| | 1.576.965 | 1.836.022 | 1.586.290 | 1.836.804 |
| Ativo circulante | 379.126 | 898.651 | 388.451 | 899.433 |
| Ativo não circulante | 1.197.839 | 937.371 | 1.197.839 | 937.371 |

- (a) Durante o ano de 2023 a Companhia compensou créditos previdenciários no valor de R\$61.980, com tributos que tinha a recolher

12.2.1 Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

12.2.1.1. ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28/02/2019 e 23/02/2022, respectivamente, com decisões favoráveis. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo do crédito extemporâneo atualizado é de R\$532.397 (R\$1.073.148 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados em suas operações normais.

12.2.1.2 Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos atualizados dos créditos correspondem ao montante de R\$158.925 (R\$148.583 em 31 de dezembro de 2022).

12.2.1.3 Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo atualizado é de R\$153.597 (R\$141.933 em 31 de dezembro de 2022).

12.2.1.4 Medida provisória nº 1202 e a realização dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 a qual limita a compensação de créditos tributários confirmados por decisão transitada em julgado.

A Administração avaliou essa norma e não espera impacto em seu fluxo de caixa para o ano de 2024 em razão da existência de saldo do crédito de PIS e COFINS gerado na operação, os quais serão utilizados mensalmente nas apurações.

Devido às incertezas das novas decisões, a Administração considera prematura qualquer estimativa de utilização do saldo remanescente.



12.2.1.5 Movimentações dos Créditos extemporâneo de PIS e COFINS, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro | 1.363.664 | 1.521.074 |
| Compensações | (766.566) | (382.681) |
| Reconhecimento do principal | - | 99.487 |
| Reconhecimento dos juros e atualizações sobre créditos extemporâneos | 67.821 | 125.784 |
| Saldo em 31 de dezembro | 664.919 | 1.363.664 |

12.2.2 Créditos relativos ao ICMS

12.2.2.1. Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa como praticamente certo a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$81.794 (R\$75.382 em 31 de dezembro de 2022).

12.2.2.2. Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30/03/2022, houve o trânsito em julgado do leading case (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário a Companhia reconheceu contabilmente os valores, cujo saldo atualizado é de R\$16.198 (R\$14.317 em 31 de dezembro de 2022).

O Grupo obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em 5 ações judiciais próprias, perante os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como está seguindo os procedimentos necessários para a realização da compensação dos valores.

13. Outros ativos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Despesas antecipadas | 48.779 | 36.367 | 48.780 | 36.426 |
| Baixa de passivo de arrendamento (imóveis a devolver) | 4.016 | - | 4.016 | - |
| I.P.T.U. | - | 670 | - | 670 |
| Empréstimo e adiantamentos a funcionários | 1.634 | 1.928 | 1.675 | 1.928 |
| Outros | 575 | 2.763 | 575 | 2.763 |
| | 55.004 | 41.728 | 55.046 | 41.787 |
| Ativo circulante | 51.785 | 39.200 | 51.827 | 39.259 |
| Ativo não circulante | 3.219 | 2.528 | 3.219 | 2.528 |

14. Imposto de renda e contribuição social

14.1. Política contábil

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributo diferido é gerado quando existem diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a

recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

14.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

Do Exercício:

| | Saldo em 31/12/2022 | Controladora | | Saldo em 31/12/2023 |
|---|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| | | Aumento / (Redução) no resultado | no patrimônio líquido | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas | 412.633 | (30.221) | - | 382.412 |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 94.806 | 2.958 | - | 97.764 |
| Provisão para perda de estoques e contas a receber | 20.160 | 1.200 | - | 21.360 |
| Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso | 6.411 | (1.298) | - | 5.113 |
| Provisão para participação no lucro | 22.401 | (363) | - | 22.038 |
| Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16 | 80.613 | 7.014 | - | 87.627 |
| Perdas de créditos esperadas FIDC | - | 7.173 | - | 7.173 |
| Ajuste a valor presente FIDC | - | 4.763 | - | 4.763 |
| Outras | 73.086 | 4.046 | 97 | 77.229 |
| Ativo fiscal diferido | 710.110 | (4.728) | 97 | 705.479 |
| Créditos extemporâneos | (276.650) | 119.047 | - | (157.603) |
| Ajustes a valor presente | (10.411) | (1.977) | - | (12.388) |
| Passivo fiscal diferido | (287.061) | 117.070 | - | (169.991) |
| Saldo líquido de ativo fiscal diferido | 423.049 | 112.342 | 97 | 535.488 |

| | Saldo em 31/12/2022 | Consolidado | | Saldo em 31/12/2023 |
|---|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| | | Aumento / (Redução) no resultado | no patrimônio líquido | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas | 412.633 | (31.066) | - | 381.567 |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 94.806 | 3.365 | - | 98.171 |
| Provisão para perda de estoques e contas a receber | 20.160 | 2.109 | - | 22.269 |
| Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso | 6.411 | (1.298) | - | 5.113 |
| Provisão para participação no lucro | 22.401 | (363) | - | 22.038 |
| Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16 | 80.613 | 7.014 | - | 87.627 |
| Perdas de créditos esperadas FIDC | - | 7.173 | - | 7.173 |
| Ajuste a valor presente FIDC | - | 4.763 | - | 4.763 |
| Outras | 73.086 | 4.046 | 97 | 77.229 |
| Ativo fiscal diferido | 710.110 | (4.257) | 97 | 705.950 |
| Créditos extemporâneos | (276.650) | 119.047 | - | (157.603) |
| Ajustes a valor presente | (10.411) | (1.977) | - | (12.388) |
| Passivo fiscal diferido | (287.061) | 117.070 | - | (169.991) |
| Saldo líquido de ativo fiscal diferido | 423.049 | 112.813 | 97 | 535.959 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | | Saldo em 31/12/2022 |
|---|--------------------------------|--|----------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2021 | Aumento / (Redução) no patrimônio líquido | | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas | 364.017 | 48.616 | - | 412.633 |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 86.626 | 8.180 | - | 94.806 |
| Provisão para perda de estoques e contas a receber | 21.534 | (1.374) | - | 20.160 |
| Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso | 8.498 | (2.087) | - | 6.411 |
| Provisão para participação no lucro | 19.176 | 3.225 | - | 22.401 |
| Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16 | 62.451 | 18.162 | - | 80.613 |
| Outras | 70.062 | 3.021 | 3 | 73.086 |
| Ativo fiscal diferido | 632.364 | 77.743 | 3 | 710.110 |
| Créditos extemporâneos | (252.091) | (24.559) | - | (276.650) |
| Ajustes a valor presente | (1.908) | (8.503) | - | (10.411) |
| Passivo fiscal diferido | (253.999) | (33.062) | - | (287.061) |
| Saldo líquido de imposto diferido Ativo | 378.365 | 44.681 | 3 | 423.049 |

| | Consolidado | | | Saldo em 31/12/2022 |
|---|--------------------------------|--|----------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2021 | Aumento / (Redução) no patrimônio líquido | | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas | 364.017 | 48.616 | - | 412.633 |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 86.626 | 8.180 | - | 94.806 |
| Provisão para perda de estoques e contas a receber | 21.972 | (1.812) | - | 20.160 |
| Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso | 8.498 | (2.087) | - | 6.411 |
| Provisão para participação no lucro | 19.176 | 3.225 | - | 22.401 |
| Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16 | 62.451 | 18.162 | - | 80.613 |
| Outras | 70.062 | 3.021 | 3 | 73.086 |
| Ativo fiscal diferido | 632.802 | 77.305 | 3 | 710.110 |
| Créditos extemporâneos | (252.091) | (24.559) | - | (276.650) |
| Ajustes a valor presente | (1.908) | (8.503) | - | (10.411) |
| Passivo fiscal diferido | (253.999) | (33.062) | - | (287.061) |
| Saldo líquido de imposto diferido Ativo | 378.803 | 44.243 | 3 | 423.049 |

14.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2023

O Grupo revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

| Ano | Controladora | Consolidado |
|----------------|----------------|----------------|
| 2024 | 95.707 | 95.974 |
| 2025 | 58.773 | 58.977 |
| 2026 | 113.951 | 113.951 |
| 2027 | 127.464 | 127.464 |
| De 2028 a 2030 | 269.341 | 269.341 |
| De 2031 a 2033 | 38.946 | 38.946 |
| Após 2033 | 1.297 | 1.297 |
| | 705.479 | 705.950 |

14.4. Conciliação da taxa efetiva

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Prejuízo antes dos impostos | (41.667) | (43.807) | (34.235) | (43.276) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34% | 14.167 | 14.894 | 11.640 | 14.714 |
| Ajustes para obtenção da alíquota efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | (1.937) | (17.842) | - | - |
| Resultado não realizado nos estoques | | | | |
| Doações não dedutíveis | (2.838) | (2.610) | (2.838) | (2.610) |
| PAT e Lei de incentivo a cultura | 2.071 | | 2.071 | |
| Ajustes de <i>transfer pricing</i> | (1.164) | (1.456) | (1.164) | (1.456) |
| Brindes e multas não dedutíveis | (642) | (718) | (642) | (718) |
| Subvenção para Investimento | 4.723 | 4.629 | 4.723 | 4.629 |
| IR e CS de exercícios anteriores | (101) | 2.272 | (101) | 1.738 |
| Indébito Tributário | 29.699 | 45.469 | 29.727 | 45.469 |
| Prejuízo Operacional | - | - | (661) | (1.026) |
| Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias (*) | - | - | (6.255) | (16.635) |
| Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10% | 24 | - | 72 | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro | 44.002 | 44.638 | 36.572 | 44.105 |
| Corrente | (68.340) | (43) | (76.241) | (138) |
| Diferido | 112.342 | 44.681 | 112.813 | 44.243 |
| | 44.002 | 44.638 | 36.572 | 44.105 |
| Alíquota efetiva | 106% | 102% | 107% | 102% |

(*) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, porque suas atividades foram transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023, portanto, não há expectativa de utilização dos prejuízos fiscais no curto prazo.



15. Investimento

15.1. Políticas contábeis

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado.

15.2. Combinações de negócios

15.2.1. Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - (entrada de recursos) adquirido em *outputs* - (saídas de recursos), e os *inputs* - (entradas de recursos) adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente

considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

15.3 Informações sobre investimento em controladas

| Controladas Diretas | 2023 | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|---------|-----------|----------------|---------------|-------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | Participação acionária | Ativo | Passivo | Acervo líquido | Receita bruta | Lucro/(Prej uízo) | Valor contábil do investimento | Equivalência patrimonial |
| | 99,99% | 13.240 | (3.774) | 9.466 | 81.329 | (18.831) | 9.465 | (18.833) |
| Orion | | | | | | | | |
| C&A Pay Holding | 99,999% | 211.276 | (102.448) | 108.828 | 10.040 | 13.189 | 108.827 | 13.188 |
| Moda Lab | 99,00% | 40 | - | 40 | - | (53) | (43) | (53)* |
| Total | | | | | | | 118.249 | (5.698) |

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao resultado não realizado nos estoques.

| Controlada Indireta | 2023 | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|---------|----------|----------------|---------------|-------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | Participação acionária | Ativo | Passivo | Acervo líquido | Receita bruta | Lucro/(Prej uízo) | Valor contábil do investimento | Equivalência patrimonial |
| C&A Pay SCD | 100% | 183.749 | (83.443) | 100.306 | 10.040 | 12.983 | 100.306 | 12.983 |

| Controladas diretas | 2022 | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|---------|-----------|----------------|---------------|----------|--------------------------------|--------------------------|
| | Participação acionária | Ativo | Passivo | Acervo líquido | Receita bruta | Prejuízo | Valor contábil do investimento | Equivalência patrimonial |
| Orion | 99,99% | 563.045 | (514.247) | 48.798 | 119.640 | (52.477) | 48.798 | (52.474) |
| Moda Lab | 99,00% | 49 | - | 49 | 2.801 | (2) | (143) | (193)* |
| Total | | | | | | | 48.655 | (52.667) |

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao resultado não realizado nos estoques.

15.4 Movimentação do investimento

| | C&A pay holding | | | |
|---|-----------------|-----------------|-------------|----------------|
| | Orion | C&A pay holding | Moda Lab | Total |
| Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2021 | 31.272 | - | - | 31.272 |
| Equivalência patrimonial | (52.474) | - | (2) | (52.476) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 70.000 | - | - | 70.000 |
| Aumento de capital | - | - | 50 | 50 |
| Resultados não realizados nos estoques | - | - | (191) | (191) |
| Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2022 | 48.798 | - | (143) | 48.655 |
| Equivalência patrimonial | (18.833) | 13.188 | (53) | (5.698) |
| Outros resultados abrangentes | - | (144) | - | (144) |
| Aumento de capital | 40.000 | 95.783 | 45 | 135.828 |
| Redução de capital | (60.500) | - | - | (60.500) |
| Resultados não realizados nos estoques | - | - | 108 | 108 |
| Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2023 | 9.465 | 108.827 | (43) | 118.249 |

16. Imobilizado

16.1. Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção dos bens, deduzidos dos impostos recuperáveis. São acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja nos casos em que elas não estejam incluídas em direitos de uso, reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Ao início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revisados, e caso sejam alterados, o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Para avaliação da vida útil é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas do Grupo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

16.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

| Imobilizado | Custo | Depreciação acumulada | Provisão de <i>impairment</i> | 31 de dezembro de 2023 |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|-------------------------------|------------------------|
| Máquinas e equipamentos | 201.405 | (119.650) | (1.272) | 80.483 |
| Móveis e utensílios | 562.526 | (363.248) | (1.606) | 197.672 |
| Equips. Informática | 274.692 | (214.179) | (276) | 60.237 |
| Veículos | 470 | (470) | - | - |
| Benfeitorias | 1.455.525 | (1.025.050) | (11.884) | 418.591 |
| Terrenos | 126 | - | - | 126 |
| Imobilizado em andamento | 4.728 | - | - | 4.728 |
| Custo estimado de devolução de lojas | 2.970 | (1.406) | - | 1.564 |
| | 2.502.442 | (1.724.003) | (15.038) | 763.401 |

| Imobilizado | Custo | Depreciação acumulada | Provisão de <i>impairment</i> | 31 de dezembro de 2022 |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|-------------------------------|------------------------|
| Máquinas e equipamentos | 234.113 | (139.508) | (1.303) | 93.302 |
| Móveis e utensílios | 555.481 | (325.043) | (1.931) | 228.507 |
| Equips. Informática | 284.440 | (196.765) | (387) | 87.288 |
| Veículos | 534 | (533) | - | 1 |
| Benfeitorias | 1.381.956 | (927.774) | (14.365) | 439.817 |
| Terrenos | 126 | - | - | 126 |
| Imobilizado em andamento | 14.787 | - | - | 14.787 |
| Custo estimado de devolução de lojas | 2.880 | (1.163) | - | 1.717 |
| | 2.474.317 | (1.590.786) | (17.986) | 865.545 |

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.



16.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

| | Taxa média de depreciação a.a. | Saldo em 31 de dezembro de 2022 | Adições (iii) | Depreciação | Baixas | Transferências | Transferências para intangível | Reversão (provisão) impairment | Saldo em 31 de dezembro de 2023 |
|---|--------------------------------|---------------------------------|---------------|------------------|----------------|----------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Máquinas e equiptos | 6,5% | 93.302 | - | (12.411) | (98) | (341) | - | 31 | 80.483 |
| Móveis e utensílios | 10,8% | 228.507 | 8.659 | (40.562) | (3.086) | 3.830 | - | 324 | 197.672 |
| Equip. informática | 20,3% | 87.288 | 6.872 | (32.906) | (1.124) | 637 | (640) | 110 | 60.237 |
| Veículos | 20,0% | 1 | - | (1) | - | - | - | - | - |
| Benfeitorias (i) | 9,4% | 439.817 | 100 | (78.100) | (3.041) | 57.333 | - | 2.482 | 418.591 |
| Terrenos | - | 126 | - | - | - | - | - | - | 126 |
| Imobilizado em andamento | - | 14.787 | 51.400 | - | - | (61.459) | - | - | 4.728 |
| Custo estimado de devolução de lojas (ii) | - | 1.717 | 90 | (243) | - | - | - | - | 1.564 |
| Total | | 865.545 | 67.121 | (164.223) | (7.349) | - | (640) | 2.947 | 763.401 |

| | Taxa média de depreciação a.a. | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | Adições (iii) | Depreciação | Baixas | Transferências | Transferências para intangível | Reversão (provisão) impairment | Saldo em 31 de dezembro de 2022 |
|--------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Máquinas e equiptos | 7,7% | 98.864 | 255 | (9.685) | (2.838) | 3.236 | - | 3.470 | 93.302 |
| Móveis e utensílios | 14,5% | 229.769 | 21.500 | (33.007) | (1.087) | 11.145 | - | 187 | 228.507 |
| Equip. informática | 20,2% | 89.808 | 23.227 | (30.816) | (460) | 5.271 | - | 258 | 87.288 |
| Veículos | 20,0% | 14 | - | (13) | - | - | - | - | 1 |
| Benfeitorias (i) | 10,5% | 397.914 | 5 | (63.433) | (2.775) | 107.282 | - | 824 | 439.817 |
| Terrenos | - | 126 | - | - | - | - | - | - | 126 |
| Imobilizado em andamento | - | 18.291 | 123.430 | - | - | (126.934) | - | - | 14.787 |
| Custo estimado de devolução de lojas | - | 1.483 | 450 | (216) | - | - | - | - | 1.717 |
| Total | | 836.269 | 168.867 | (137.170) | (7.160) | - | - | 4.739 | 865.545 |

- (i) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor.
- (ii) O Grupo possui 29 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis. A estes contratos estão vinculadas provisões para desmantelamento e devolução.
- (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo adquiriu R\$67.121 de ativos imobilizados, dos quais R\$13.324 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R\$19.364 durante o mesmo período de 2022) e R\$19.364 foram desembolsados em 2023 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro 2022 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram desembolsados R\$43.700 referente aos anos anteriores).



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.4. Revisão de vida útil

Durante o ano 2022 o Grupo efetuou, com o auxílio de consultoria especializada, a revisão da vida útil de seus ativos em consonância ao pronunciamento CPC 27 Ativo Imobilizado. A revisão refletiu a estratégia atual de investimentos e reformas do Grupo. A metodologia aplicada no estudo consistiu na realização de pesquisas, análises técnicas e documentais que indicassem determinados intervalos de vida útil, levando em consideração a tipologia, natureza de cada bem, aplicação na operação do Grupo, condições de operação e manutenção do ativo.

A seguir, demonstramos os novos prazos de vida útil, para as classes de ativos que sofreram alteração em 2022:

| Vida útil média (anos) | | | |
|-------------------------|------|------|------|
| Classes Contábeis | 2023 | 2022 | 2021 |
| Máquinas e Equipamentos | 15 | 15 | 13 |
| Móveis e Utensílios | 9 | 9 | 7 |
| Benfeitorias | 11 | 11 | 9 |

17. Intangível**17.1. Política contábil**

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Para ativos intangíveis com vida útil indefinida são performados testes de recuperabilidade anualmente.



17.2. Composição do intangível

| Controladora | 2023 | | | | 2022 | | | |
|---|------------------|-----------------------|------------------------|----------------|------------------|-----------------------|------------------------|------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Provisão de impairment | Saldo Contábil | Custo | Amortização acumulada | Provisão de impairment | Saldo Contábil |
| Sistemas de informática | 1.289.459 | (778.548) | - | 510.911 | 1.136.302 | (578.031) | (119) | 558.152 |
| Fundo de comércio | 71.107 | (51.028) | - | 20.079 | 72.211 | (50.977) | (750) | 20.484 |
| Direito de exploração de serviços financeiros | 415.000 | - | - | 415.000 | 415.000 | - | - | 415.000 |
| Intangível em andamento | 18.503 | - | - | 18.503 | 27.066 | - | - | 27.066 |
| Total | 1.794.069 | (829.576) | - | 964.493 | 1.650.579 | (629.008) | (869) | 1.020.702 |

| Consolidado | 2023 | | | | 2022 | | | |
|---|------------------|-----------------------|------------------------|----------------|------------------|-----------------------|------------------------|------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Provisão de impairment | Saldo Contábil | Custo | Amortização acumulada | Provisão de impairment | Saldo Contábil |
| Sistemas de informática | 1.289.921 | (778.741) | - | 511.180 | 1.136.765 | (578.131) | (119) | 558.515 |
| Fundo de comércio | 71.107 | (51.028) | - | 20.079 | 72.211 | (50.977) | (750) | 20.484 |
| Direito de exploração de serviços financeiros | 415.000 | - | - | 415.000 | 415.000 | - | - | 415.000 |
| Intangível em andamento | 18.505 | - | - | 18.505 | 27.066 | - | - | 27.066 |
| Total | 1.794.533 | (829.769) | - | 964.764 | 1.651.042 | (629.108) | (869) | 1.021.065 |

17.3. Movimentação intangível

| | Controladora | | | | | | | | |
|---|--------------------------------|---------------------------------|------------|-------------|---------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| | Taxa média amortização (a.a.%) | Saldo em 31 de dezembro de 2022 | Adições(i) | Amortização | Baixas | Transferências | Transferências de Imobilizado | Reversão (provisão) impairment | Saldo em 31 de dezembro de 2023 |
| Sistemas de informática | 18,5% | 558.152 | - | (200.371) | (855) | 153.226 | 640 | 119 | 510.911 |
| Fundo de comércio | 10,0% | 20.484 | - | (2.965) | (1.750) | 3.560 | - | 750 | 20.079 |
| Direito de exploração de serviços financeiros | - | 415.000 | - | - | - | - | - | - | 415.000 |
| Intangível em andamento | - | 27.066 | 148.223 | - | - | (156.786) | - | - | 18.503 |
| Total | | 1.020.702 | 148.223 | (203.336) | (2.605) | - | 640 | 869 | 964.493 |

| | Controladora | | | | | | | | |
|---|--------------------------------|---------------------------------|---------|-------------|---------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| | Taxa média amortização (a.a.%) | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | Adições | Amortização | Baixas | Transferências | Transferências de Imobilizado | Reversão (provisão) impairment | Saldo em 31 de dezembro de 2022 |
| Sistemas de informática | 18,5% | 364.375 | - | (155.061) | (126) | 348.920 | - | 44 | 558.152 |
| Fundo de comércio | 10,0% | 19.633 | - | (2.736) | (1.688) | 5.264 | - | 11 | 20.484 |
| Direito de exploração de serviços financeiros | - | 415.000 | - | - | - | - | - | - | 415.000 |
| Intangível em andamento | - | 176.231 | 205.019 | - | - | (354.184) | - | - | 27.066 |
| Total | | 975.239 | 205.019 | (157.797) | (1.814) | - | - | 55 | 1.020.702 |

| Consolidado | | | | | | | | | |
|---|--------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| | Taxa média amortização (a.a.%) | Saldo em 31 de dezembro de 2022 | Adições(i) | Amortização | Baixas | Transferências | Transferências de Imobilizado | Reversão (provisão) impairment | Saldo em 31 de dezembro de 2023 |
| Sistemas de informática | | 558.515 | - | (200.465) | (855) | 153.226 | 640 | 119 | 511.180 |
| Fundo de comércio | | 20.484 | - | (2.965) | (1.750) | 3.560 | - | 750 | 20.079 |
| Direito de exploração de serviços financeiros | - | 415.000 | - | - | - | - | - | - | 415.000 |
| Intangível em andamento | - | 27.066 | 148.225 | - | - | (156.786) | - | - | 18.505 |
| Total | | 1.021.065 | 148.225 | (203.430) | (2.605) | - | 640 | 869 | 964.764 |

| | Taxa média amortização (a.a. %) | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | Adições | Amortização | Baixas | Transferências | Transferências de Imobilizado | Reversão (provisão) impairment | Saldo em 31 de dezembro de 2022 |
|---|---------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Sistemas de informática | 18,5% | 364.831 | - | (155.154) | (126) | 348.920 | - | 44 | 558.515 |
| Fundo de comércio | 10,0% | 19.633 | - | (2.736) | (1.688) | 5.264 | - | 11 | 20.484 |
| Direito de exploração de serviços financeiros | | 415.000 | - | - | - | - | - | - | 415.000 |
| Intangível em andamento | - | 176.231 | 205.019 | - | - | (354.184) | - | - | 27.066 |
| Total | | 975.695 | 205.019 | (157.890) | (1.814) | - | - | 55 | 1.021.065 |

- (i) Durante o exercício de 2023, o Grupo adicionou R\$148.225 à conta de intangíveis dos quais R\$16.775 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores e R\$30.355 foram desembolsados em 2023 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2022.

18. Redução do Valor Recuperável (*Impairment*)

18.1. Política contábil

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício store contribution menor que 5% sobre as vendas líquidas e/ou lojas que apresentaram *impairment* no ano anterior. As lojas devem ter mais de três anos, que é a idade para ser considerada uma loja madura na Companhia.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto depois dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

A Companhia também registra provisão para redução ao valor recuperável de fechamento de lojas quando são aprovados pela Administração. A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva.

18.2. Premissas

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, depois do imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado foram consideradas as premissas abaixo:

- (i) Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja;
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas corrigidos por uma inflação estimada de 3,98% a.a. para 2024 e 3,55% para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central; e
- (iii) Taxa de desconto: calculada levando em consideração taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,48% a.a.. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento.

Na data base 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos conforme demonstrado na tabela abaixo:



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Natureza | Teste de recuperabilidade | | Reforma e encerramento de lojas | | Total | |
|--------------|---------------------------|-----------------|---------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Imobilizado | (15.038) | (15.974) | - | (2.012) | (15.038) | (17.986) |
| Intangível | - | (119) | - | (750) | - | (869) |
| Total | (15.038) | (16.093) | - | (2.762) | (15.038) | (18.855) |

19. Arrendamentos

19.1. Política contábil

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O Grupo utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que o Grupo teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso do Grupo na renovação de seus contratos. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, o Grupo considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, o Grupo revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais



créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16. Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

19.2 Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento

Baseado na Revisão de Pronunciamentos Técnicos - N.º 16/2020 que apresenta esclarecimentos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS16, referentes a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento, o Grupo avaliou os acordos obtidos com seus parceiros arrendadores e concluiu que as negociações nos aluguéis decorrentes da COVID-19 não compreendem uma alteração contratual, logo, sem impacto de remensuração dos arrendamentos. O montante de desconto líquidos de impostos obtido nas negociações durante o período de janeiro a março de 2022 foi de R\$6.440, registrados no resultado do período sob a rubrica despesa de ocupação. O período abrangido por esse pronunciamento se encerrou em 30 de junho de 2022, portanto, não houve valores a serem registrados no ano de 2023.

19.3 Taxa de juros incremental

O Grupo chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo (“*spread*” de crédito). Os *spreads* foram obtidos a partir dos *spreads* observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas nos exercícios de 2023 e 2022:

| Prazos dos contratos | 2023 | | 2022 | |
|-------------------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| | Taxa Real (% a.a.) | Taxa Nominal (% a.a.) | Taxa Real (% a.a.) | Taxa Nominal (% a.a.) |
| de 0 a 3 anos | 6,1 | 12,3 | 8,0 – 10,6 | 14,9 – 16,4 |
| de 3 a 5 anos | 6,5 – 8,0 | 12,1 – 14,5 | 7,3 | 13,4 |
| de 5 a 6 anos | 3,5 – 5,9 | 7,9 – 12,3 | 4,0 – 8,1 | 9,1 – 14,7 |
| de 6 anos a 10 anos (ou mais) | 3,2 – 7,7 | 6,8 – 14,8 | 3,2 - 7,7 | 6,8 - 14,3 |

19.4 Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

| | Ativo por direito de uso | | | Passivo de arrendamento |
|---|--------------------------|---------------|------------------|-------------------------|
| | Imóveis | Equipamentos | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.541.306 | 24.141 | 1.565.447 | (1.789.212) |
| Amortização (i) | (368.422) | (4.997) | (373.419) | - |
| Encargos financeiros | - | - | - | (173.079) |
| Pagamentos realizados | - | - | - | 519.024 |
| Provisão para custos de desmontagem | 180 | - | 180 | - |
| Contratos novos/renovados/encerrados (ii) | 131.821 | 3.403 | 135.224 | (132.643) |
| Remensuração (iii) | 135.170 | 343 | 135.513 | (135.513) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 1.440.055 | 22.890 | 1.462.945 | (1.711.423) |
| Passivo circulante | | | | (501.642) |
| Passivo não circulante | | | | (1.209.781) |

(i) Montante apresentado nesta tabela não se apresenta deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos no valor de R\$46.207 e sobre os juros no valor de R\$12.960, que foram registrados diretamente em resultado como redutores da despesa de amortização e de juros.

(ii) Refere-se a entrada de 9 contratos novos, 17 renovados e 3 encerrados.

(iii) Refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos mínimos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel;

| | Ativo por direito de uso | | | Passivo de arrendamento |
|---|--------------------------|---------------|------------------|-------------------------|
| | Imóveis | Equipamentos | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.635.512 | 4.778 | 1.640.290 | (1.814.148) |
| Amortização | (378.210) | (3.322) | (381.532) | - |
| Encargos financeiros | - | - | - | (165.719) |
| Pagamentos realizados | - | - | - | 488.840 |
| Provisão para custos de desmontagem | 990 | - | 990 | - |
| Pagamentos antecipados | (410) | - | (410) | - |
| Redução ao valor recuperável | 1.347 | - | 1.347 | - |
| Contratos novos/renovados/encerrados (ii) | 72.622 | 22.277 | 94.899 | (88.322) |
| Remensuração | 209.455 | 408 | 209.863 | (209.863) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.541.306 | 24.141 | 1.565.447 | (1.789.212) |
| Passivo circulante | | | | (513.238) |
| Passivo não circulante | | | | (1.275.974) |

a) Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (3,2% a 14,8%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

| Cenário | Taxa incremental | Fluxo de pagamentos futuros |
|---------|------------------|---|
| 1 | Nominal | Com projeção da inflação |
| 2 | Nominal | Sem projeção da inflação (contabilizado) |



O cenário 2 foi o adotado pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme determina o CPC06(R2) / IFRS16, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

| | 2023 | 2022 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Passivo de arrendamento | | |
| Cenário 1 | 1.814.047 | 2.033.448 |
| Cenário 2 (contabilizado) | 1.711.423 | 1.789.212 |
| Encargos Financeiros | | |
| Cenário 1 | 178.564 | 87.981 |
| Cenário 2 (contabilizado) | 173.079 | 165.719 |
| Despesa de Depreciação | | |
| Cenário 1 | 356.700 | 435.603 |
| Cenário 2 (contabilizado) | 373.419 | 381.532 |
| Total de Despesa | | |
| Cenário 1 | 535.264 | 523.584 |
| Cenário 2 (contabilizado) | 546.498 | 547.251 |

b) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

| | 2023 | | 2022 | |
|---|------------|----------------------------------|------------|----------------------------------|
| | Pagamentos | Direito Potencial de PIS/ COFINS | Pagamentos | Direito Potencial de PIS/ COFINS |
| Com vencimento | | | | |
| Menos de um ano | 500.406 | (44.693) | 513.238 | (44.118) |
| De um a cinco anos | 1.308.062 | (116.387) | 1.391.273 | (125.785) |
| Mais de cinco anos | 497.441 | (43.441) | 475.322 | (41.983) |
| Total dos pagamentos mínimos | 2.305.909 | (204.521) | 2.379.833 | (211.886) |
| Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos | (594.486) | 52.731 | (590.621) | 52.979 |
| Valor presente dos pagamentos mínimos | 1.711.423 | (151.790) | 1.789.212 | (158.907) |
| Passivo Circulante | 501.642 | | 513.238 | |
| Passivo Não circulante | 1.209.781 | | 1.275.974 | |

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que o Grupo terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a despesa relativa aos 20 contratos de arrendamento variável foi de R\$5.858 (19 contratos no mesmo período de 2022 foi de R\$5.336). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$16.418 (R\$20.631 no exercício findo de 31 de dezembro de 2022), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e



contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

O Grupo não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

c) Redução ao valor recuperável

Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 18).

20. Fornecedores

20.1 Política contábil

Fornecedores representam as obrigações do Grupo decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações e sua reversão tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo.

20.2 Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fornecedores de mercadorias | 829.269 | 706.318 | 829.270 | 706.318 |
| Fornecedor Bradescard | 539.898 | 469.328 | 539.898 | 469.328 |
| Fornecedores de materiais, ativos e serviços | 376.558 | 324.069 | 392.794 | 335.908 |
| Ajuste a valor presente | (21.489) | (20.597) | (21.489) | (20.597) |
| | 1.724.236 | 1.479.118 | 1.740.473 | 1.490.957 |
| Passivo circulante | 1.172.988 | 1.466.548 | 1.189.225 | 1.478.387 |
| Passivo não circulante | 551.248 | 12.570 | 551.248 | 12.570 |

Fornecedor Bradescard

O Grupo adquiriu o balcão Bradesco no valor de R\$415 milhões, que está registrado sob a rubrica de fornecedores de longo prazo. O montante é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo “juros com fornecedores” (nota 30). Em 31 de dezembro de 2023 o valor corrigido é de R\$540 milhões.

As condições do contrato original foram renegociadas e, entre outras alterações, a liquidação que estava prevista para janeiro de 2023 foi postergada para julho de 2025. Este novo contrato também possui cláusula restritiva (“covenants”), com as mesmas condições mencionadas no item 23.5 Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para empréstimos e debêntures.

Ajuste a valor presente

O Grupo efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram de 0,93% e 1,12%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

21. Obrigações de risco sacado**21.1. Política contábil**

O Grupo possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com o Grupo e, também, através de convênios com instituições financeiras.

Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelo Grupo. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais.

21.2. Composição dos saldos

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------|-----------------------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 |
| Obrigações de Risco Sacado | 364.709 | 386.266 |
| Passivo circulante | 364.709 | 386.266 |

O Grupo recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$12.911 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$9.255 durante o mesmo período de 2022). No exercício findo em 2023 a taxa de desconto ficou entre 1,23% a.m. a 1,89% a.m. (ante 1,08% a.m. a 2,04% a.m. durante o mesmo período de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram antecipados R\$43.361 pelos fornecedores diretamente com o Grupo e a receita foi de R\$329 registrada como receita financeira, líquida do custo de captação (durante o mesmo período de 2022 foram antecipados R\$84 e a receita foi de R\$1).



22. Empréstimos e debêntures

22.1. Política contábil

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo.

O Grupo também considera as operações de empréstimos com terceiros como atividades de financiamento.

22.2. Composição dos empréstimos e debêntures

| Descrições | Taxas a.a. | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Nota Promissórias | 100% CDI+ 1,09% | 2023 | - | 506.881 | - | 506.881 |
| CCB (i) | 100% CDI+ 2,79% | 2024 | 63.746 | 106.694 | 63.746 | 106.694 |
| Debêntures 1ª Emissão série única (ii) | 100% CDI+ 2,15% | 2024 a 2025 | 507.519 | 508.661 | 507.519 | 508.661 |
| Notas Comerciais escriturais – série única, 1ª emissão (iii) | 100% CDI + 2,45% | 2026 a 2027 | 259.947 | 260.951 | 259.947 | 260.951 |
| Debêntures 2ª Emissão 1ª série (iv) | 100% CDI + 2,10% | 2025 | 251.749 | 252.368 | 251.749 | 252.368 |
| Debêntures 2ª Emissão 2ª série (iv) | 100% CDI + 2,40% | 2025 a 2028 | 358.685 | 359.571 | 358.685 | 359.571 |
| Notas Comerciais escriturais – série única, 2ª emissão (v) | 100% CDI+ 2,10% | 2024 | 51.193 | - | 51.193 | - |
| Notas Comerciais escriturais – série única, 3ª emissão (vi) | 100% CDI+ 2,70% | 2024 a 2025 | 202.560 | - | 202.560 | - |
| Conta Garantida (vii) | 100% CDI+2,10% | 2023 | - | - | - | 163.457 |
| (-) Custo de transação a apropriar | | | (7.545) | (7.751) | (7.545) | (7.751) |
| Total | | | 1.687.854 | 1.987.375 | 1.687.854 | 2.150.832 |
| Passivo circulante | | | 511.427 | 582.558 | 511.427 | 746.015 |
| Passivo não circulante | | | 1.176.427 | 1.404.817 | 1.176.427 | 1.404.817 |

i. Em 30 de setembro de 2020, o Grupo realizou a emissão de duas CCBs, sendo:

- a primeira no valor de R\$230.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,95% ao ano, com pagamento de juros semestrais em 6 parcelas e a amortização do principal na data de vencimento em 2023. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente essa CCB cujo vencimento original era 30 de junho de 2023.
- a segunda no valor de R\$120.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,90% ao ano, com pagamento em 6 parcelas de R\$20.000, sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2022 e o final em julho de 2024. A Companhia repactuou o contrato. A parcela com vencimento em janeiro de 2022 foi postergada para julho de 2024 e a remuneração



foi alterada para o equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,79% ao ano.

Os custos incorridos com as emissões das CCBs (1ª e 2ª emissão), incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.647 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$232 (R\$463 no ano de 2022).

- ii. Em 20 de maio de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (CVM n° 476), no montante de R\$500.000, com remuneração de 100% do DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,15% ao ano, com vigência de 4 (quatro) anos, sendo amortizado anualmente, em 2 (duas) parcelas, a partir do terceiro ano (inclusive), contado da data de emissão das debêntures, sendo a primeira parcela, 50% do valor nominal unitário, em 20 de maio de 2024 e, a última, na data de vencimento, em 20 de maio de 2025. Os custos incorridos com a 1ª emissão de debêntures, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.619 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$905 (R\$905 no ano de 2022).
- iii. Em 18 de março de 2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais ("Notas Comerciais" e "Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei n° 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei 14.195"), e da Instrução CVM 476, no montante de R\$250.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,45% ao ano e prazo de liquidação previsto para 18 de março de 2027. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a primeira emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.528 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$306 (R\$229 no ano de 2022).
- iv. Em 08 de abril de 2022, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia, no montante de R\$600.000 (seiscentos milhões) dos quais, R\$247.500 (duzentos e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da primeira série e R\$352.500 (trezentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da segunda Série. A primeira série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e a segunda série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,40% ao ano. As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 42



(quarenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de novembro de 2025 (“data de vencimento das debêntures da primeira série”), e as debêntures da segunda série terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de maio de 2028 (“data de vencimento das debêntures da segunda série”). Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$4.521 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$963 (R\$641 no ano de 2022).

- v. Em 25 de abril de 2023, a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da lei 14.195 e da resolução CVM 160, no montante de R\$50.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e prazo de liquidação previsto para 25 de abril de 2024. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão integralmente destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a segunda emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$536 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$402.
- vi. Em 22 de maio de 2023, a Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, (“Termo de Emissão”, “Notas Comerciais” e “Emissão”, respectivamente, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei 14.195 e com a Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”)), no montante de R\$200.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,70% ao ano e prazo de liquidação previsto para 25 de maio de 2025. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados para o capital de giro da emitente. Os custos incorridos com a segunda emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.331 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.110.

Desde 01 de dezembro de 2021, o Grupo, realizava captações através da sua controlada Orion Instituição de Pagamentos cujo objetivo era liquidar as linhas de financiamento das carteiras de parcelado com juros, atraso, saque e refinanciamento da operação do novo cartão C&A Pay. Em 02 de maio de 2023, o Grupo liquidou os contratos de contas garantidas no valor de R\$201.500.

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte do Grupo.



22.3. Previsão de pagamentos

A seguir a previsão de pagamentos dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023:

| Vencimentos | Controladora e Consolidado |
|--------------------|-----------------------------------|
| 2024 | 511.427 |
| 2025 | 663.508 |
| 2026 | 212.359 |
| 2027 | 212.588 |
| 2028 | 87.972 |
| | 1.687.854 |

22.4. Movimentação dos empréstimos

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Saldo em 31 de dezembro | 1.987.375 | 1.358.756 | 2.150.832 | 1.374.826 |
| Novos empréstimos/debêntures | 250.000 | 850.000 | 381.372 | 1.291.249 |
| Juros | 255.421 | 272.449 | 255.421 | 272.449 |
| Juros repassado e a repassar (*) | - | - | (1.899) | 1.180 |
| Custo de captação | (4.183) | (6.104) | (4.983) | (7.574) |
| Amortização dos custos | 4.389 | 2.777 | 5.188 | 4.247 |
| Pagamento de principal | (452.500) | (295.000) | (745.429) | (590.042) |
| Pagamento dos juros | (352.648) | (195.503) | (352.648) | (195.503) |
| Saldo em 31 de dezembro | 1.687.854 | 1.987.375 | 1.687.854 | 2.150.832 |

(*) Refere-se à operação de cláusula mandato que foi liquidada em 02/05/2023.

22.5. Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Com base nas cláusulas dos contratos vigentes, o Grupo deve cumprir com os seguintes “covenants” financeiros, cuja mensuração é anual, em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

- Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

O Grupo monitora periodicamente os indicadores financeiros que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade do Grupo de



conduzir seus negócios até o momento. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpria com todas as cláusulas de covenants.

23. Obrigações trabalhistas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Salários a pagar | 35.039 | 32.934 | 35.227 | 32.934 |
| 13º salário, férias e participação nos lucros | 160.647 | 143.350 | 161.352 | 143.350 |
| Encargos sociais (i) | 53.152 | 29.818 | 53.525 | 29.818 |
| | 248.838 | 206.102 | 250.104 | 206.102 |
| Passivo circulante | 230.098 | 198.732 | 231.364 | 198.732 |
| Passivo não circulante | 18.740 | 7.370 | 18.740 | 7.370 |

(i) R\$ 20.718 refere-se aos encargos sobre incentivos de longo prazo (Plano de remuneração baseado em ações nota 10) de dez/23 (R\$ 2.418 em dez/22).

24. Tributos a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| ICMS | 154.009 | 151.788 | 154.009 | 151.788 |
| PIS/ COFINS | 61.600 | 100.039 | 62.323 | 101.170 |
| ISS | 1.040 | 4.991 | 2.591 | 5.482 |
| IR/ CSLL | 68.339 | - | 76.247 | - |
| Outros | 5.194 | 4.999 | 4.489 | 5.464 |
| | 290.182 | 261.817 | 299.659 | 263.904 |
| Passivo circulante | 277.772 | 245.954 | 287.249 | 248.041 |
| Passivo não circulante | 12.410 | 15.863 | 12.410 | 15.863 |

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

25.1. Política contábil

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas



circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e o Grupo tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados para fins de apresentação nas demonstrações contábeis.

25.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pelo Grupo.

| | | Controladora | | | | |
|---|--|----------------|-------------------------|-----------------|---------------|----------------|
| | | 31/12/2022 | Constituição (reversão) | Pagamentos | Atualização | 31/12/2023 |
| Tributárias | | 245.782 | (7.932) | (632) | 16.281 | 253.499 |
| Trabalhistas 23.2 (iv) | | 29.371 | 11.548 | (12.845) | 3.081 | 31.155 |
| Cíveis | | 3.688 | 3.907 | (4.922) | 215 | 2.888 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 278.841 | 7.523 | (18.399) | 19.577 | 287.542 |
| Depósitos judiciais com passivo correspondente | | (96.091) | - | - | (7.660) | (103.751) |
| Provisão líquida de depósitos judiciais | | 182.750 | 7.523 | (18.399) | 11.917 | 183.791 |
| | | Consolidado | | | | |
| | | 31/12/2022 | Constituição (reversão) | Pagamentos | Atualização | 31/12/2023 |
| Tributárias | | 245.782 | (7.932) | (632) | 16.281 | 253.499 |
| Trabalhistas 23.2 (iv) | | 29.371 | 11.548 | (12.845) | 3.081 | 31.155 |
| Cíveis | | 3.785 | 5.008 | (4.922) | 215 | 4.086 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 278.938 | 8.624 | (18.399) | 19.577 | 288.740 |
| Depósitos judiciais com passivo correspondente | | (96.091) | - | - | (7.660) | (103.751) |
| Provisão líquida de depósitos judiciais | | 182.847 | 8.624 | (18.399) | 11.917 | 184.989 |
| | | Controladora | | | | |
| | | 31/12/2021 | Constituição (reversão) | Pagamentos | Atualização | 31/12/2022 |
| Tributárias | | 220.978 | 9.128 | - | 15.676 | 245.782 |
| Trabalhistas 23.1 (iv) | | 30.095 | 5.955 | (10.544) | 3.865 | 29.371 |
| Cíveis | | 3.710 | 7.017 | (7.445) | 406 | 3.688 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 254.783 | 22.100 | (17.989) | 19.947 | 278.841 |
| Depósitos judiciais com passivo correspondente | | (85.257) | (2.361) | - | (8.473) | (96.091) |
| Provisão líquida de depósitos judiciais | | 169.526 | 19.739 | (17.989) | 11.474 | 182.750 |



| | Consolidado | | | | |
|---|-------------|----------------------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | Constituição (reversão) | Pagamentos | Atualização | 31/12/2022 |
| Tributárias (i, ii e iii) | 220.978 | 9.128 | - | 15.676 | 245.782 |
| Trabalhistas (iv) | 30.095 | 5.955 | (10.544) | 3.865 | 29.371 |
| Cíveis (iv) | 3.710 | 7.114 | (7.445) | 406 | 3.785 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 254.783 | 22.197 | (17.989) | 19.947 | 278.938 |
| Depósitos judiciais com passivo correspondente | (85.257) | (2.361) | - | (8.473) | (96.091) |
| Provisão líquida de depósitos judiciais | 169.526 | 19.836 | (17.989) | 11.474 | 182.847 |

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

- (i) PIS/COFINS: Glosa de direito ao crédito de PIS e COFINS em (i) insumos utilizados na atividade fim e de (ii) créditos de COFINS Importação;
- (ii) ICMS: Glosa de direito ao crédito de ICMS sobre (i) encargos vinculados às operações com energia elétrica e (ii) créditos de fornecedores declarados inidôneos;
- (iii) Outras Tributárias: discussão acerca da exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta
- (iv) Cíveis e trabalhistas:

A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que o Grupo está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos do Grupo. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de setembro de 2023. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes.

Depósitos judiciais com passivo correspondente

A companhia mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a (i) COFINS Importação e (ii) exclusão do ICMS e ISS da Base de cálculo da CPRB; (iii) Contribuição Social sobre o adicional de 10% sobre o FGTS.

25.3. Depósitos judiciais

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é no total, atualizado, como segue:



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|---------------|--------|---------------|--------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Tributários | 20.522 | 32.893 | 20.522 | 32.893 |
| Trabalhistas e Cíveis | 27.119 | 28.397 | 27.146 | 28.397 |
| Total | 47.641 | 61.290 | 47.668 | 61.290 |

Para os depósitos judiciais mencionados, não há provisão constituída devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais.

25.4. Contingências não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui o montante atualizado de R\$379.235 (R\$362.640 em 31 de dezembro de 2022), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes.

Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|---------|
| | 2023 | 2022 |
| PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos (a) | - | 191.472 |
| PIS/COFINS - Glosa de créditos (b) | 146.647 | 26.373 |
| PIS/COFINS - Compensações não homologadas (c) | 51.314 | 41.259 |
| Tributos de Importação sobre Royalties (d) | 30.685 | 18.794 |
| INSS - Compensações não homologadas e outros (e) | 66.796 | 38.297 |
| ICMS - Glosa de créditos e outros (f) | 47.850 | 29.681 |
| Outras demandas (g) | 35.943 | 16.764 |
| | 379.235 | 362.640 |

- (a) Discussão relativa a benefício fiscal oriundo da Lei nº 11.196/05, relativo à venda de produtos eletrônicos.
- (b) PIS/COFINS - Glosa de créditos relativos às despesas utilizadas como insumos.
- (c) PIS/COFINS - Processos administrativos em que discute a não homologação das compensações.
- (d) PIS/COFINS - Importação - Discussão sobre a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas.
- (e) INSS - Processos administrativos em que discute a não homologação de pedidos de compensação de créditos previdenciários.
- (f) ICMS - Glosa de créditos de ICMS
- (g) IRPJ - Processos administrativos em que discute a não homologação das compensações.



Com relação às causas cíveis e trabalhistas, o Grupo informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas para os processos com expectativa de perda provável levando em consideração a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle do Grupo, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que o Grupo venha a perder.

26. Patrimônio líquido

26.1. Política contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

26.2. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social no valor de R\$1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (308.245.068 em 31 de dezembro de 2022), das quais a quantidade de ações em circulação é de 103.375.546 ações ordinárias (104.150.035 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).

A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

| | 2023 | | 2022 | |
|-----------------------|---------------------|--------|---------------------|--------|
| | Quantidade de ações | % | Quantidade de ações | % |
| COFRA Investment SARL | 100.363.049 | 32,56% | 100.363.049 | 32,56% |
| Incas SARL | 100.939.166 | 32,75% | 100.939.166 | 32,75% |
| COFRA Latin America | 17.121 | 0,01% | 17.121 | 0,02% |
| Administração | 899.686 | 0,29% | 805.797 | 0,26% |
| Tesouraria | 2.650.500 | 0,86% | 1.969.900 | 0,64% |
| Ações em circulação | 103.375.546 | 33,54% | 104.150.035 | 33,79% |
| Total | 308.245.068 | 100% | 308.245.068 | 100% |

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 443.245.068 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho



de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

26.3. Ações em tesouraria

Em 12 de novembro de 2021, foi comunicado ao mercado a aprovação, em Reunião do Conselho da Administração (RCA), do Programa de Recompra de ações, com duração de 18 meses, iniciando na data desse comunicado e terminando em 11 de maio de 2023. Em RCA de 11 de maio de 2023 foi comunicado o encerramento do Programa.

| | Quantidade | Custo médio por ação | Valor histórico | Valor de mercado |
|--|------------------|----------------------|-----------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 214.500 | 6,35 | 1.362 | 1.319 |
| Recompra de ações | 1.755.400 | 3,09 | 5.416 | 5.416 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.969.900 | 3,44 | 6.778 | 4.511 |
| Recompra de ações | 680.600 | 2,53 | 1.720 | 1.720 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 2.650.500 | 3,21 | 8.498 | 20.753 |

26.4. Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10.

26.5. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O montante destinado a reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 65.208 (R\$ 65.092 em 31 de dezembro de 2022).

26.6. Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou R\$ 75.720 para a reserva de lucros a realizar. A realização deste lucro está condicionada a utilização dos créditos de PIS/Cofins da 2ª ação, os quais ainda estão pendentes de utilização, e por este motivo permanecem nesta reserva (R\$75.720 em 31 de dezembro de 2022).



26.7. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro do Grupo e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 969.256.

26.8. Reserva para incentivos fiscais

O Grupo goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 31 de dezembro de 2023 o total da reserva para incentivos fiscais é de R\$14.560 (R\$ 12.341 em 31 de dezembro de 2022). O Grupo destinou em 2023 o montante de R\$2.219 (R\$789 em 31 de dezembro de 2022).

26.9. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 32.

27. Dividendos e JSCP a Pagar

27.1. Política contábil

Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas, e é reconhecida como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.



27.2. Distribuição de JSCP e dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o lucro apurado pela Companhia foi destinado a reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme mencionado na Nota 26.

28. Receita líquida

28.1. Política contábil

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

Quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis, o Grupo reconhece uma receita. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados.

b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pelo Grupo.

As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões.

c) Receita com securitização de créditos

A controlada Orion reconhece a receita por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto



ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

d) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros – parceria Bradescard

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação do Grupo, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

e) Receitas com produtos financeiros

Representa os juros das vendas parceladas e juros de atraso da carteira originada na SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“SCD”) e cedida ao FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório. Em conformidade com o regime de competência, as receitas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem na medida em que seja provável o seu recebimento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia e está registrada como receita com produtos financeiros.

28.2. Composição da receita líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Venda de mercadorias | 8.834.284 | 8.175.912 | 8.820.276 | 8.175.912 |
| Cancelamentos, trocas e vouchers | (501.109) | (491.795) | (501.109) | (491.795) |
| Impostos sobre vendas de mercadorias | (1.982.467) | (1.779.342) | (1.982.467) | (1.779.915) |
| Receita líquida com venda de mercadorias | 6.350.708 | 5.904.775 | 6.336.700 | 5.904.202 |
| Receita de comissões, serviços e produtos financeiros(*) | 152.151 | 200.076 | 415.621 | 316.238 |
| Impostos sobre comissões e serviços | (21.659) | (23.586) | (33.004) | (36.890) |
| Receita líquida com prestação de serviços | 130.492 | 176.490 | 382.617 | 279.348 |
| | 6.481.200 | 6.081.265 | 6.719.317 | 6.183.550 |

(*) A partir de maio/23 as operações com característica de financiamento do C&A Pay até então sustentadas pela cláusula mandato junto à instituição financeira parceira, foram migradas para a SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“SCD”). A carteira originada na SCD por sua vez, é cedida, no dia seguinte à sua originação, a um FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório, o qual registra juros das vendas parceladas e juros de atraso.



29. Resultado por natureza

29.1. Classificado por função

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados | (3.196.478) | (3.076.995) | (3.197.049) | (3.077.441) |
| Gerais e administrativas | (783.776) | (676.045) | (786.065) | (682.646) |
| Vendas | (2.106.144) | (2.178.333) | (2.183.983) | (2.260.266) |
| Perdas em créditos, liquidas | - | - | (223.878) | (64.271) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 66.362 | 170.287 | 66.106 | 169.254 |
| | (6.020.036) | (5.761.086) | (6.324.869) | (5.915.370) |

29.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Pessoal | (323.540) | (303.700) | (325.355) | (309.835) |
| Material/serviços de terceiros | (151.371) | (125.195) | (151.660) | (125.578) |
| Depreciação e amortização | (224.490) | (171.218) | (224.582) | (171.311) |
| Depreciação direito de uso | (25.662) | (25.748) | (25.662) | (25.748) |
| Ocupação | (13.530) | (11.784) | (13.530) | (11.784) |
| Outros | (45.183) | (38.400) | (45.276) | (38.390) |
| | (783.776) | (676.045) | (786.065) | (682.646) |

29.3. Despesas com vendas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Pessoal | (692.063) | (692.640) | (714.521) | (731.739) |
| Material/serviços de terceiros | (314.152) | (323.899) | (358.939) | (351.675) |
| Depreciação direito de uso | (314.510) | (321.079) | (314.510) | (321.079) |
| Depreciação e amortização | (143.073) | (123.749) | (143.073) | (123.749) |
| Ocupação | (349.398) | (353.337) | (349.398) | (353.337) |
| Publicidade e Promoção | (106.710) | (161.389) | (106.739) | (161.389) |
| Outros | (186.238) | (202.240) | (196.803) | (217.298) |
| | (2.106.144) | (2.178.333) | (2.183.983) | (2.260.266) |



29.4. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------|----------------|----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Baixa de ativos | (8.410) | (8.592) | (8.410) | (8.592) |
| Reversão <i>impairment</i> : | | | | |
| Encerramento/reforma de lojas/CDs | 3.816 | 3.966 | 3.816 | 3.966 |
| Teste de recuperabilidade | - | 2.174 | - | 2.174 |
| Encerramento de lojas e CD (a) | (7.407) | - | (7.407) | - |
| Recuperação de créditos tributários (b) | 73.094 | 200.382 | 73.094 | 200.382 |
| Reversão (provisão) contingências tributárias | 10.536 | (6.453) | 10.536 | (6.453) |
| Consultorias Estratégicas | (5.030) | (7.104) | (5.030) | (7.104) |
| Outros | (237) | (14.086) | (493) | (15.119) |
| | 66.362 | 170.287 | 66.106 | 169.254 |

(a) Contempla baixa de estoque, multas contratuais e rescisões trabalhistas

(b) A recuperação de créditos está demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos de PIS e COFINS no montante de R\$31.679 em 2023 (R\$99.487 em 2022), créditos previdenciários no montante de R\$12.171 em 2023 (R\$41.516 em 2022), créditos de ICMS no montante de R\$6.960 em 2023 (R\$19.025 em 2022) e outros créditos de menor valor.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| <u>Variação cambial</u> | | | | |
| Variação cambial – Compras | 1.980 | 324 | 1.980 | 324 |
| | 1.980 | 324 | 1.980 | 324 |
| <u>Despesa financeira</u> | | | | |
| Juros sobre empréstimos | (255.421) | (272.366) | (255.421) | (272.366) |
| Juros sobre arrendamento | (160.119) | (156.537) | (160.119) | (156.537) |
| Despesa financeira de fornecedores – AVP | (116.293) | (88.611) | (116.293) | (88.611) |
| Juros com fornecedor Bradescard | (70.570) | (54.328) | (70.570) | (54.328) |
| Juros sobre impostos e contingências | (22.151) | (21.742) | (22.164) | (21.747) |
| Encargos com antecipação de recebíveis (nota 8.3) | (47.468) | (2.284) | (4.110) | (2.334) |
| Outras despesas financeiras | (6.638) | (4.079) | (7.799) | (5.416) |
| | (678.660) | (599.947) | (636.476) | (601.339) |
| <u>Receita financeira</u> | | | | |
| Atualização monetária sobre créditos tributários (a) | 85.300 | 168.737 | 82.023 | 168.642 |
| Juros sobre aplicação financeira | 87.057 | 110.312 | 104.992 | 111.662 |
| Receita financeira de fornecedores | 11.687 | 9.248 | 11.687 | 9.248 |
| Outros | 43 | 7 | 43 | 7 |
| | 184.087 | 288.304 | 198.745 | 289.559 |
| <u>Resultado FIDC C&A Pay</u> | (4.648) | - | - | - |
| <u>Resultado com Títulos e valores mobiliários</u> | - | - | 7.068 | - |
| <u>Resultado financeiro, líquido</u> | (497.241) | (311.319) | (428.683) | (311.456) |

- (a) Em dezembro de 2023, as receitas com juros contemplam o valor de R\$67.821 (R\$125.784 em dezembro de 2022) referente a atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$3.154 (R\$5.849 em dezembro de 2022) vide nota 12.2.1.5.



31. Informações por segmentos

A Administração do Grupo definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros e as principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias com o cartão C&A Pay

| | Varejo | | Serviços financeiros | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita com terceiros | 6.362.725 | 5.926.173 | 356.592 | 257.377 | 6.719.317 | 6.183.550 |
| Custo das vendas e dos serviços prestados | (3.195.966) | (3.075.909) | (1.083) | (1.532) | (3.197.049) | (3.077.441) |
| Lucro bruto | 3.166.759 | 2.850.264 | 355.509 | 255.845 | 3.522.268 | 3.106.109 |
| Vendas | (1.535.283) | (1.617.101) | (191.117) | (198.337) | (1.726.400) | (1.815.438) |
| Gerais e administrativas | (515.148) | (473.412) | (20.673) | (12.175) | (535.821) | (485.587) |
| Perdas em créditos, líquidas | - | - | (223.878) | (64.271) | (223.878) | (64.271) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 66.359 | 170.281 | (253) | (1.027) | 66.106 | 169.254 |
| Resultado gerado pelos segmentos | 1.182.687 | 930.032 | (80.412) | (19.965) | 1.102.275 | 910.067 |
| Depreciação e amortização | (692.289) | (626.334) | (15.538) | (15.553) | (707.827) | (641.887) |
| Resultado financeiro | | | | | (428.683) | (311.456) |
| Impostos sobre o lucro | | | | | 36.572 | 44.105 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 2.337 | 829 |



32. Instrumentos financeiros e gestão de capital

32.1. Instrumentos financeiros - Política Contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. No Grupo estão classificados em:

- (i) custo amortizado,
- (ii) valor justo por meio do resultado,
- (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(i) Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos

(ii) Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”). Também contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários (LFTs) mantidas como disponíveis para venda. O Grupo adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores



justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

b) Hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

32.2. Instrumentos financeiros - classificação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

| <u>Controladora</u> | | | | |
|--|---------------------|---|---|--------------------|
| | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio outros resultados abrangentes | Total |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.130.245 | - | - | 1.130.245 |
| Aplicações financeiras | - | - | - | - |
| Contas a receber | 1.054.599 | - | - | 1.054.599 |
| FIDC C&A Pay | - | 791.352 | - | 791.352 |
| Derivativos | - | - | 721 | 721 |
| Partes relacionadas | 342 | - | - | 342 |
| Depósitos judiciais | 47.641 | - | - | 47.641 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Arrendamento mercantil | (1.711.423) | - | - | (1.711.423) |
| Fornecedores | (2.088.945) | - | - | (2.088.945) |
| Empréstimos e debêntures | (1.687.854) | - | - | (1.687.854) |
| Derivativos | - | - | (1.392) | (1.392) |
| Partes relacionadas | (79.760) | - | - | (79.760) |
| Total em 31 de dezembro de 2023 | (3.335.155) | 791.352 | (671) | (2.544.474) |
| | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio outros resultados abrangentes | Total |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.627.977 | - | - | 1.627.977 |
| Aplicações financeiras | 8.735 | - | - | 8.735 |
| Contas a receber | 1.065.961 | - | - | 1.065.961 |
| Derivativos | - | - | 1.371 | 1.371 |
| Partes relacionadas | 4.411 | - | - | 4.411 |
| Depósitos judiciais | 61.290 | - | - | 61.290 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Arrendamento mercantil | (1.789.212) | - | - | (1.789.212) |
| Fornecedores | (1.865.384) | - | - | (1.865.384) |
| Empréstimos e debêntures | (1.987.375) | - | - | (1.987.375) |
| Derivativos | - | - | (1.756) | (1.756) |
| Partes relacionadas | (48.567) | - | - | (48.567) |
| Total em 31 de dezembro de 2022 | (2.922.164) | - | (385) | (2.922.549) |



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

| | Custo | Valor justo por | Valor justo por | |
|--|--------------------|------------------------|------------------------|--------------------|
| | Amortizado | meio do | meio outros | Total |
| | | resultado | resultados | |
| | | | abrangentes | |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.155.588 | - | - | 1.155.588 |
| Aplicações financeiras | - | 107.604 | 83.983 | 191.587 |
| Contas a receber | 1.778.421 | - | - | 1.778.421 |
| FIDC C&A Pay | - | - | - | - |
| Derivativos | - | - | 721 | 721 |
| Partes relacionadas | 111 | - | - | 111 |
| Depósitos judiciais | 47.668 | - | - | 47.668 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Arrendamento mercantil | (1.711.423) | - | - | (1.711.423) |
| Fornecedores | (2.105.182) | - | - | (2.105.182) |
| Empréstimos e debêntures | (1.687.854) | - | - | (1.687.854) |
| Derivativos | - | - | (1.392) | (1.392) |
| Partes relacionadas | (71.661) | - | - | (71.661) |
| Total em 31 de dezembro de 2023 | (2.594.332) | 107.604 | 83.312 | (2.403.416) |

| | Custo | Valor justo por | Valor justo por | |
|--|--------------------|------------------------|------------------------|--------------------|
| | Amortizado | meio do | meio outros | Total |
| | | resultado | resultados | |
| | | | abrangentes | |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.674.091 | - | - | 1.674.091 |
| Aplicações financeiras | 8.735 | - | - | 8.735 |
| Contas a receber | 1.278.206 | - | - | 1.278.206 |
| Derivativos | - | - | 1.371 | 1.371 |
| Partes relacionadas | 171 | - | - | 171 |
| Depósitos judiciais | 61.290 | - | - | 61.290 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Arrendamento mercantil | (1.789.212) | - | - | (1.789.212) |
| Fornecedores | (1.877.223) | - | - | (1.877.223) |
| Empréstimos e debêntures | (2.150.832) | - | - | (2.150.832) |
| Derivativos | - | - | (1.756) | (1.756) |
| Partes relacionadas | (43.592) | - | - | (43.592) |
| Total em 31 de dezembro de 2022 | (2.838.366) | - | (385) | (2.838.751) |

O valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo foram avaliados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pela hierarquia na categoria nível 2 que correspondem a dados observáveis significativos.



32.3. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira do Grupo.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes e de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

O Grupo busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% dos empréstimos estão no mercado de renda fixa e indexados ao CDI. O Grupo também está exposto ao CDI na operação a pagar ao Bradescard referente à compra do balcão.

A administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 28 de dezembro de 2023 (CDI anualizado 10,46%).



Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Controladora | | | | | | | | |
|---|------------------------|--------------------|---------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------|
| Risco | Saldo em 31/12/2023 | Taxa | Cenário provável | Aumento nos Juros | | Queda nos juros | | |
| | | | | Cenário possível + 25% | Cenário remoto + 50% | Cenário possível - 25% | Cenário remoto - 50% | |
| Aplicações financeiras(i) | Baixa CDI | 1.059.262 | CDI (i) | 106.051 | 132.564 | 159.077 | 79.538 | 53.025 |
| Empréstimos e debêntures | Alta CDI | (1.687.854) | CDI (i) | (176.549) | (220.687) | (264.824) | (132.412) | (88.275) |
| Fornecedor Bradescard | Alta CDI | (539.898) | CDI (i) | (56.473) | (70.591) | (84.710) | (42.355) | (28.236) |
| Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS | | (1.168.490) | | (126.971) | (158.714) | (190.457) | (95.229) | (63.486) |
| Efeito no resultado líquido de IR/CS | | | | (83.801) | (104.751) | (125.702) | (62.851) | (41.901) |

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 100,43% do CDI.

| Consolidado | | | | | | | | |
|---|------------------------|------------------|---------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------|
| Risco | Saldo em 31/12/2023 | Taxa | Cenário provável | Aumento nos Juros | | Queda nos juros | | |
| | | | | Cenário possível + 25% | Cenário remoto + 50% | Cenário possível - 25% | Cenário remoto - 50% | |
| Aplicações financeiras(i) | Baixa CDI | 1.269.421 | CDI (i) | 127.091 | 158.864 | 190.637 | 95.318 | 63.545 |
| Empréstimos e debêntures | Alta CDI | (1.687.854) | CDI (i) | (176.549) | (220.686) | (264.824) | (132.412) | (88.274) |
| Fornecedor Bradescard | Alta CDI | (539.898) | CDI (i) | (56.473) | (70.592) | (84.710) | (42.355) | (28.236) |
| Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS | | (958.331) | | (105.931) | (132.414) | (158.897) | (79.449) | (52.965) |
| Efeito no resultado líquido de IR/CS | | | | (69.914) | (87.393) | (104.872) | (52.436) | (34.957) |

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 100,36% do CDI.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração do Grupo e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

O Grupo se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de *hedge* definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido.

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço



das mercadorias para os quais o Grupo não está protegido. O Grupo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 29 de dezembro de 2023. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

| | | Risco | Nocional USD (Pagar)/ Receber | Cenários Negativos | | |
|----------------------|---|----------------|-------------------------------------|---|---|---|
| | | | | Cenário Provável USD 1 = R\$5,00 | Cenário Possível +25% USD 1 = R\$6,25 | Cenário Remoto + 50% USD 1 = R\$ 7,50 |
| Objeto de hedge | Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento | Alta do dólar | (71.913) | (11.413) | (101.304) | (191.195) |
| Instrumento de Hedge | NDF | Baixa do dólar | 29.567 | 4.692 | 41.651 | 78.610 |
| | | | (42.346) | (6.721) | (59.653) | (112.585) |
| | Exposição líquida de pedidos de importação | | | | | |
| | Impostos não recuperáveis (36%) | | (25.889) | (4.109) | (36.469) | (68.830) |
| | Exposição líquida total | | (68.235) | (10.830) | (96.122) | (181.415) |
| | Efeito no resultado líquido de IR/CS | | (45.035) | (7.148) | (63.441) | (119.734) |

USD em 29/12/2023 = R\$4,8413

Instrumentos financeiros designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial do Grupo.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2023 contratos a termo (non-deliverable forward – NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

| Contrato | Vencimento | Valor de referência (nacional) – USD | Valor a receber (pagar) |
|---------------------------|-------------------|---|------------------------------------|
| NDF | jan/2024 | 5.294 | (140) |
| NDF | fev/2024 | 5.456 | (184) |
| NDF | mar/2024 | 5.298 | (289) |
| NDF | abr/2024 | 5.822 | (331) |
| NDF | mai/2024 | 7.697 | 273 |
| | | 29.567 | (671) |
| Ativo circulante | | | 721 |
| Passivo circulante | | | (1.392) |

b) Risco de crédito

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

De acordo com a política do Grupo, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

ii) *Recebíveis*

Em dezembro de 2021 houve o lançamento do cartão C&A Pay o qual foi operado pela controlada Orion até abril de 2023. A partir de maio de 2023 essa operação passou a ser responsabilidade da controlada SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto. Na operação atual, a SCD cede os recebíveis ao FIDC – C&A Pay Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 7.3)

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.

À medida que a operação do cartão C&A Pay estiver madura, as estimativas e metodologias serão revisadas para adequar os níveis de provisão de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

O risco de crédito das demais operações do Grupo é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão



de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para o Grupo apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

c) Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

- i) se precaver em momentos de incerteza;
- ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão;
- iii) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

O Grupo investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). O Grupo também investe em LFTs (Nota 7) que podem ou não ser mantidos até o vencimento. O que é mantido até o vencimento está registrado ao custo amortizado e o que é disponível para venda está a valor justo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados do Grupo:

| Em 31 de dezembro de 2023 | Menos de 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|----------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|------------------|
| Arrendamento mercantil | 501.642 | 808.054 | 401.727 | 1.711.423 |
| Empréstimos | 511.427 | 1.176.427 | - | 1.687.854 |
| Fornecedores | 1.189.225 | 551.248 | - | 1.740.473 |
| Obrigações do risco sacado | 364.709 | - | - | 364.709 |
| Total | 2.567.003 | 2.535.729 | 401.727 | 5.504.459 |

32.4. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

O Grupo administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 31 de dezembro de 2023.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento | | | | |
| Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo | 1.687.854 | 1.987.375 | 1.687.854 | 2.150.832 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (1.130.245) | (1.627.977) | (1.155.588) | (1.674.091) |
| Aplicações financeiras | - | (8.735) | (191.587) | (8.735) |
| Dívida (caixa) líquida | 557.609 | 350.663 | 340.679 | 468.006 |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | 3 | 1 |
| Total do patrimônio líquido | 3.012.716 | 3.000.195 | 3.012.719 | 3.000.196 |
| Índice de alavancagem financeira | 19% | 12% | 11% | 16% |

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R\$1.711.423 (R\$1.789.212 em 31 de dezembro de 2022). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 75%, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento | | | | |
| Dívida (caixa) líquida | 557.609 | 350.663 | 340.679 | 468.006 |
| Passivo de arrendamento | 1.711.423 | 1.789.212 | 1.711.423 | 1.789.212 |
| Dívida líquida ajustada | 2.269.032 | 2.139.875 | 2.052.102 | 2.257.218 |
| Total do patrimônio líquido | 3.012.716 | 3.000.195 | 3.012.719 | 3.000.196 |
| Índice de alavancagem financeira | 75% | 71% | 68% | 75% |

32.5. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado do Grupo:

| | 31 de dezembro de 2022 | Fluxos de caixa | Juros Incorridos | Remensuração passivo arrendamento | Outros | 31 de dezembro de 2023 |
|--------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------------|----------------|------------------------|
| Arrendamentos (i) | 1.789.212 | (519.024) | 173.079 | 135.513 | 132.643 | 1.711.423 |
| Empréstimos e debêntures | 2.150.832 | (723.587) | 255.421 | | 5.188 | 1.687.854 |
| Total | 3.940.044 | (1.242.611) | 428.500 | 135.513 | 137.831 | 3.399.277 |

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31 de dezembro de 2021 | Fluxos de caixa | Juros Incorridos | Remensuração passivo arrendamento | Outros | 31 de dezembro de 2022 |
|--------------------------|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------------------|---------------|------------------------|
| Arrendamentos (i) | 1.814.148 | (488.840) | 165.719 | 209.863 | 88.322 | 1.789.212 |
| Empréstimos e debêntures | 1.374.826 | 498.130 | 273.629 | | 4.247 | 2.150.832 |
| Total | 3.188.974 | 9.290 | 439.348 | 209.863 | 92.569 | 3.940.044 |

(ii) O valor apresentado em “Outros” refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

33. Seguros contratados

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil e transporte de mercadoria. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

| | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|---------|
| | 2023 | 2022 |
| Responsabilidade Civil | 313.688 | 290.781 |
| Patrimônio e Estoque | 529.900 | 633.230 |
| Transporte | 66.270 | 69.807 |
| Seguro Risco Cibernético | 50.000 | - |
| | 959.858 | 993.818 |

34. Plano de aposentadoria

34.1. Política contábil

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos



compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

34.2. Plano de aposentadoria

Em 2023, o Grupo contribuiu com R\$ 7.130 (R\$ 11.364 em 31 de dezembro de 2022) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2023 é de 4.500 participantes (5.647 em 31 de dezembro de 2022), tendo 192 participantes assistidos (185 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$ 303 (R\$632 em 31 de dezembro de 2022).

**35. Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|-------------|
| Resultado básico por ação | | |
| Lucro líquido do exercício | 2.337 | 829 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias | 305.594.568 | 306.275.168 |
| Lucro básico por ação - R\$ | 0,0076 | 0,0027 |
| | | |
| Resultado diluído por ação | | |
| Lucro líquido do exercício | 2.337 | 829 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação | 305.594.568 | 306.275.168 |
| Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações | 3.182.503 | 2.751.213 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas | 308.777.071 | 309.026.381 |
| Lucro diluído por ação - R\$ | 0,0076 | 0,0027 |

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 10.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o plano de remuneração baseado em ações proporcionou diluição.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2023, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa foram:

- (i) a aquisição de bens do ativo imobilizado no valor de R\$7.040 (R\$24.336 em 2022).
- (ii) a aquisição de intangível no valor de R\$13.580 (R\$73.746 em 2022).
- (iii) reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos foram no montante de R\$132.643 (R\$88.322 em 2022), remensurações de R\$135.513 (R\$209.863 em 2022) e contratos encerrados no montante de R\$2.581 (R\$6.577).

| | Consolidado e Consolidado | |
|---|--------------------------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | 7.040 | 24.336 |
| Aquisição de intangível | 13.580 | 73.746 |
| Contratos novos de direito de uso | 132.643 | 88.322 |
| Contratos novos passivo de arrendamento | (132.643) | (88.322) |
| Remensuração de contratos de direito de uso | 135.513 | 209.863 |
| Remensuração de passivo de arrendamento | (135.513) | (209.863) |
| Contratos de arrendamento encerrados | (2.581) | (6.577) |